

CAROLINE ANGELO DA CRUZ

**A EVASÃO EM SITUAÇÕES DE ABRIGO:
Um estudo psicanalítico sobre a atitude antissocial do
ponto de vista de Winnicott**

PUC-CAMPINAS

2013

CAROLINE ANGELO DA CRUZ

**A EVASÃO EM SITUAÇÕES DE ABRIGO:
Um estudo psicanalítico sobre a atitude antissocial do
ponto de vista de Winnicott**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida – PUC-Campinas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia como Profissão e Ciência.

Orientador: Prof. Dr. Leopoldo Fulgencio

PUC-CAMPINAS

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e

Informação - SBI - PUC-Campinas

t155.5
C957e

Cruz, Caroline Angelo da.

A evasão em situações de abrigo: um estudo psicanalítico sobre a
atitude antissocial do ponto de vista de Winnicott / Caroline Angelo da
Cruz. – Campinas: PUC-Campinas, 2013.
63p.

Orientador: Leopoldo Fulgencio.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas,

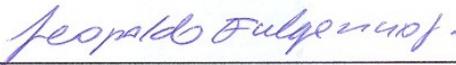
Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui bibliografia.

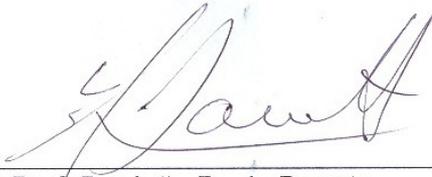
CAROLINE ANGELO DA CRUZ

**A EVASÃO EM SITUAÇÕES DE ABRIGO:
Um estudo psicanalítico sobre a atitude antissocial do
ponto de vista de Winnicott**

BANCA EXAMINADORA



Presidente: Prof. Dr. Leopoldo Fulgencio



Prof. Dr. João Paulo Barreta



Profa. Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo

Dedicatória

Aos adolescentes abrigados que me inspiraram a iniciar este trabalho;

e

À Isadora, minha sobrinha, que me inspirou a terminá-lo.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à minha família, que me deu a sustentação necessária para a realização deste trabalho, especialmente aos meus pais Joana e Joseval, que sempre acreditaram e incentivaram minhas ideias e à minha irmã Camila, que sempre foi o melhor exemplo de ser humano que tive e me apoiou desde o início deste trabalho e de minha vida.

As minhas grandes amigas, Aline Bastos, pelas longas e profundas conversas e incentivos; Lívia Carmona, pela parceria e leitura cuidadosa deste trabalho; Fernanda Furlan e Luciana Bittencourt, pelos desabafos e pela viagem de descanso antes da qualificação.

Ao meu tio Cícero, pelas refeições que também alimentavam a alma.

À minha prima Natália, pelos momentos de alegria e descontração tão necessários.

À Raquel Guzzo, que me inspirou a trilhar a vida acadêmica, sempre mantendo a simplicidade e dignidade.

À João Barretta, pelas excelentes contribuições na banca de qualificação.

Ao meu orientador Leopoldo Fulgencio, pelo rigor e seriedade com que tratou meu trabalho.

A Antônio Euzébios, pela amizade e incentivo.

À Edna Klein, pelas conversas e momentos de alegria.

Aos meus colegas do grupo de pesquisa, pelas lindas parcerias que formamos.

À Marília Marchese, pelo fundamental esclarecimento de alguns conceitos.

Às secretárias Elaine, Eliane e Maria Amélia, pela atenção, paciência e apoio.

Ao CNPq, pelo incentivo financeiro a este trabalho e à Puc-Campinas.

Sumário

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I – Descrição da instituição de abrigo e suas características de funcionamento

1. Aspectos gerais da instituição.....16
2. Problemas de sustentação ambiental que podemos reconhecer na situação de abrigo.....21
3. Comentários gerais.....25

CAPÍTULO II – Aspectos gerais da teoria winnicottiana sobre a sustentação ambiental no processo de desenvolvimento afetivo: privação e deprivação

1. A teoria winnicottiana do desenvolvimento afetivo: da dependência à independência.....26
2. Problemas de sustentação ambiental: privação e deprivação.....35
3. Tendência Antissocial.....38

CAPÍTULO III – A evasão e sua explicação do ponto de vista da teoria winnicottiana do desenvolvimento afetivo

1. Descrição geral de casos de evasão.....47
2. Histórias de evasão compreendidas com base na ideia de deprivação.....52
3. Ameaças de evasão como pedido de ser segurado.....57

Considerações Finais.....60

Referências Bibliográficas.....61

RESUMO

CRUZ, Caroline Angelo da. *A evasão em situações de abrigo: um estudo psicanalítico sobre a atitude antissocial do ponto de vista de Winnicott*. 2013. 63p. Dissertação (Mestrado em Psicologia como Profissão e Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2013.

Esta pesquisa aborda a questão da evasão de adolescentes nas situações de abrigo, apoiando-se na compreensão de Winnicott sobre o processo de desenvolvimento afetivo. Os adolescentes que são encaminhados para os abrigos estiveram sujeitos a diversos tipos de vulnerabilidade, tais como a pobreza, a desorganização familiar (por vezes com a presença de problemas psiquiátricos e de drogradição nos pais), a exploração e o abuso sexual, a violência tanto física como moral, enfim, conjunturas que caracterizam uma falta de sustentação e acolhimento familiar e social. As situações de abrigo fornecem condições ambientais objetivas melhores que as de seus ambientes de origem, no entanto, é comum a evasão e o retorno voluntário do adolescente a situações ambientais mais precárias. O questionamento abordado foi o de saber quais são as dinâmicas psicoafetivas que poderiam esclarecer os motivos dessa escolha. A situação de evasão, nesses abrigos, está profundamente relacionada com a realização de atitudes antissociais, o que nos leva também a procurar em Winnicott uma explicação sobre esse fenômeno. Para ele (1946b), a atitude antissocial deriva, fundamentalmente, das falhas ambientais que deprivam o indivíduo, ou seja, retiram abruptamente algo que ele tem (em termos de suporte ambiental), considerando a atitude antissocial como um SOS dirigido ao ambiente. No caso das evasões, consideramos que Winnicot pode, explicitando a função da sustentação ambiental nas suas fases iniciais do processo de desenvolvimento afetivo mostrar que as situações de deprivação realizadas pelo ambiente, poderiam estar na base da atitude de evasão; ou seja, a evasão ocorre devido à necessidade de um *holding* referente à tendência antissocial, que é da necessidade que o ambiente sobreviva aos ataques efetuados contra ele.

Palavras-chave: abrigos, evasão, ambiente, confiabilidade, privação, (de)privação.

ABSTRACT

CRUZ, Caroline Angelo da. *The evasion in situation of shelter house: a psychoanalytic study about the antisocial attitude at Winnicott's point of view*. 2013. 63p. Dissertation (Masters in Psychology as Profession and Science) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2013.

This research broaches the question about adolescent's evasion in situations of shelter house, supported by the Winnicott's comprehension about the affective development process. The adolescents who are conduct for the shelter houses are subject to various types of vulnerability, such as poverty, family disorder (many times with psychiatric problems and parents addition in drugs), the exploration and sexual abuse, physics and moral violence, in sum up conjunctures what can describe a lack of support of familiar and social care. The shelter house's situations provide objectives environmental situation better than theirs original environments, however, it's common the evasion and the voluntary return of the adolescents to more precarious environmental situations. The question which we approached was: What are the psycho-affectives dynamics which can clarify the causes of that choice. The evasion situation these shelter houses, is deeply concerned with the completion of antisocial attitudes which leads us to look for in Winnicott also an explanation of this phenomenon. For him (1946b), antisocial attitude derives fundamentally from environmental failures which deprive the individual, in other words remove abruptly something he has (in terms of environmental support), considering the antisocial attitude as a help to led to the environment. In the case of evasions, we consider that Winnicot can explaining the role of environmental support in its early stages of emotional development, to show that situations of deprivation performed by the environment, could become the basis of the attitude of evasion, in other words the evasion occurs because of the need for a very specific holding refers to the tendency antisocial, which is the need to survive the environment to attack made against it.

Keywords: shelters house, evasion, environment, reliability, privation, (de)privation.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda o fenômeno da evasão de adolescentes em situação de abrigo, buscando compreendê-lo com base na teoria winnicottiana do processo de desenvolvimento afetivo, refletindo também sobre a tendência antissocial, que como veremos está particularmente relacionada à evasão.

O interesse para fazer esta pesquisa nasce da convivência cotidiana da pesquisadora com adolescentes (de 12 a 18 anos de idade) abrigados, então atuando como educadora social deles.

Atualmente o “acolhimento institucional” como o abrigo é legalmente denominado, é regulado por leis de proteção à criança e ao adolescente. É importante ressaltar que a principal lei de proteção integral à criança e ao adolescente foi o Estatuto da Criança e do Adolescente (“ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. (13 de julho de 1990),”) promulgado 13 de julho de 1990, muito recente se pensarmos historicamente. De acordo com esta lei, o abrigo é uma medida de proteção integral e especial, provisória e excepcional, para criança em situação de risco social e pessoal. A entrada da criança no abrigo implica a abertura de um processo judicial, o afastamento (provisório ou não) da convivência familiar e a passagem da guarda provisória dela para o dirigente do abrigo. Porém anteriormente a esta regulamentação, o acolhimento de crianças e adolescentes não era exercido desta forma. Para que possamos entender a situação de abrigo nos moldes atuais, é preciso que se faça uma contextualização histórica do mesmo. Para tanto, utilizarei o texto de Baptista (2010).

Nos tempos da colônia

Nos tempos da colônia, quando os portugueses chegaram ao Brasil e se depararam com as nações indígenas que ocupavam o território, pensaram em estratégias de colonização e uma delas foi a vinda de jesuítas para catequizar

os nativos. Mas diante da resistência dos índios à cultura europeia e à formação cristã, resolveram investir na educação e na catequese das crianças indígenas, consideradas “almas menos duras”. Baptista (2010, p. 21). Essas crianças eram completamente afastadas de suas tribos. Entre 1550 e 1553, foram criadas as Casas de Muchachos, que segundo Sposati (2004, p. 1), é a “protoforma dos abrigos e internatos educacionais que perduram até hoje” – custeadas pela coroa portuguesa. Esses pequenos indígenas formaram um verdadeiro “exército de Jesus” Baptista (2010, p. 22). Este exército colaborava na pregação cristã pelas matas e pelos sertões, servindo de intérpretes para os jesuítas. As Casas de Muchachos não eram ocupadas apenas por meninos indígenas; recebiam também órfãos e enjeitados, vindos de Portugal. Segundo Marcílio (1998), a prática de abandono dos filhos foi introduzida na América pelos europeus, no período da colonização. A situação de miséria, exploração e marginalização, aliada às dificuldades de apropriação do modelo europeu, corroboraram para que os indígenas seguissem o exemplo dos descendentes de espanhóis e portugueses, de abandonar seus filhos.

Foi apenas no século XVIII que surgiram as primeiras instituições de proteção à criança abandonada. De acordo com Baptista (2010, p. 22), “foram implantadas as três primeiras rodas de expostos em terras brasileiras: em Salvador (1726), no Rio de Janeiro (1738) e em Recife (1789)”. Mas, como nos conta Marcílio (2003, p. 55), “a quase totalidade desses pequenos expostos nem chegavam à idade adulta. A mortalidade dos expostos, sempre foi a mais elevada de todos os segmentos sociais do Brasil – incluindo neles os escravos”, estes, por seu valor de mercado, geralmente não ficavam expostos nas rodas nesta época.

No período da monarquia

Depois de proclamada a Independência (1822), as novas conjunturas políticas e econômicas pressionaram a sociedade para que fossem enfrentados os problemas da pobreza e da criança carente. Nesse período, por iniciativa da Igreja Católica, foi fundada a primeira Casa de Recolhimento dos Expostos. Essas casas eram instituições complementares à roda que recebiam crianças a

partir de três anos até os sete anos, quando eram procuradas formas de coloca-las em casas de família (Marcílio, 2003). As crianças que viviam nas Casas de Recolhimento dos Expostos não recebiam nenhuma instrução sistemática: faltavam planos e objetivos educacionais e profissionalizantes a essas instituições. Em 1855, um novo projeto de políticas públicas resultou na criação de Asylos de Educandos, destinados a ministrar ensino profissionalizante em nove províncias.

Durante o século XIX, as Casas de Misericórdia foram gradativamente perdendo a autonomia, ficando a serviço do Estado e sob seu controle, já que dele dependiam financeiramente. Foi sobre essa base que se estruturaram as primeiras propostas de políticas pública voltadas para a criança abandonada. Em 1871 e 1888, com as leis do Ventre Livre e Áurea, um grande número de crianças negras e mestiças juntaram-se àquelas provenientes de famílias pobres e aos filhos de prostitutas. A pobreza e a miséria expandiram-se e, conseqüentemente, o abandono acentuou-se (Maricondi, 1997).

Nos primórdios da República

No final do século XIX e início do século XX, as obras filantrópicas dirigidas a crianças se multiplicaram, influenciadas pelas novas ideias gestadas pelo Iluminismo europeu.

Em 1924, sob a influência da primeira Declaração dos Direitos da Criança, também chamada de Declaração de Genebra (1923), foi criado o Juízo Privativo dos Menores Abandonados e Delinquentes.

Em 1927, foi constituído o Código de Menores, que se tornou conhecido como Código Mello Mattos, consolidando as leis de assistência e proteção a menores. Este Código determinava que o abrigo de menores seria subordinado ao juiz de menores, responsável não apenas pelo encaminhamento das crianças, mas também pelo provimento dos cargos.

Em tempos de industrialização

O período que vai do final da década de 1920 até os anos de 1940 foi marcado por profunda crise econômica no país e no mundo. O discurso de proteção social ganhou espaço entre os representantes políticos da nova ordem social, estabelecida a partir de 1930 (governo Vargas), e a interpretação dos problemas dos menores passou a ser feita sob nova ótica. A Constituição de 1937 introduziu o dever do Estado de prover condições à preservação física e moral da infância e da juventude e o direito dos pais pobres de solicitar o auxílio do Estado para garantir a subsistência de seus filhos.

Nessa época, no Primeiro Encontro Nacional de Juízes de Menores, realizado em Porto Alegre, foi formulada uma proposta de reforma do Código de Menores de 1927. As emendas apresentadas refletiam as ideias que vinham sendo debatidas nos fóruns nacionais e internacionais – reforço da família, diante do aumento dramático do abandono e da delinquência juvenil, por meio de subsídios e programas de colocação familiar, além de legislação sobre adoção. Essas ideias haviam sido estruturadas na Declaração dos Direitos da Criança, promulgada pelas Nações Unidas em 1959, e contribuíram para o aprofundamento do mal-estar reinante em relação às condições subumanas em que se encontrava a maior parte da população infanto-juvenil no Brasil. (Baptista, 2010, p. 26).

Durante o governo militar

O ano de 1964 foi marcado por mudanças radicais na conjuntura política. Os militares assumiram o governo do país, o Estado deteve o papel de interventor e principal responsável pelas medidas referentes à criança e ao adolescente pobre ou infrator. Eles procuraram capitalizar o descontentamento geral, mostrando-se aptos a dar uma resposta radical: em 1964, foi aprovada a lei que criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), com o objetivo de formular e implantar uma política nacional nessa área. O problema da criança e do adolescente passou a ser abordado como questão de segurança nacional.

Em 1979, foi aprovado um novo Código de Menores, que da mesma maneira que o Código Mello Mattos, não era universal no trato das crianças e dos adolescentes brasileiros. As unidades da Fundação Estadual do Bem-estar do Menor (Febem) ficariam sob a responsabilidade dos governos estaduais, sujeitas à supervisão das políticas gerais estabelecidas pela Funabem. Ainda neste mesmo ano (1979), houve a realização do Ano Internacional da Criança, em comemoração aos 20 anos da Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959). É neste contexto que a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) se fortalece e amplia seu campo de ação no Brasil.

A caminho de novo tempo

Na década de 1980, com o fim da ditadura militar e fortalecimento da cultura democrática, teve início uma articulação dos movimentos populares em defesa dos direitos de cidadania, do poder local, da participação na administração pública. A movimentação de diferentes grupos possibilitou a criação do Fórum Permanente de Defesa da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), em que eram discutidas questões relativas à inexistência de políticas públicas de atendimento e à necessidade de reverter o quadro de abandono deste segmento da população. Esse fórum, então, organizou-se em torno da necessidade de inclusão, na nova Constituição, de cláusulas que garantissem uma nova legislação para as crianças e os adolescentes. Gestava-se assim o movimento pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esta é uma lei (nº 8.069) que coloca o Brasil em posição de destaque entre os demais países do mundo por ser considerada uma das leis mais avançadas na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Com a promulgação do ECA em 13 de julho de 1990, as instituições – antigamente conhecidas como obras, orfanatos, educandários ou colégios internos – além de passarem a ser denominadas abrigos, viram-se diante de novas diretrizes de funcionamento. Entre as novas propostas, encontra-se o atendimento personalizado. Nele, reproduz-se um cotidiano similar ao de um ambiente residencial, o que não significa substituir a família ou imitá-la.

Vinte e dois anos após a promulgação do estatuto, ainda coexistem tanto os abrigos propriamente ditos quanto a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA), criada em dezembro de 2006 em substituição à antiga Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (Febem), com o objetivo de adequar a instituição ao que prevê o ECA e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Objetivo

Este é um trabalho teórico, procurando entender o fenômeno da evasão de adolescentes em situação de abrigo, com base na teoria winnicottiana do desenvolvimento. Supõe-se que um estudo deste tipo poderia auxiliar na resposta a diversas perguntas – tais como: “porque um menino foge de um lugar em que lhe é oferecido alimentação, moradia, afeto e cuidados médicos?”; “porque em muitos momentos eles têm tanta dificuldade em se permitir receber cuidados e afeto?”; “porque buscam resolver seus conflitos na base da violência?”; “o que falta no abrigo que faz com que eles evadam?”; “porque cometem pequenos furtos após evadirem do abrigo?” – em função da ênfase que Winnicott dá à questão da relação entre a sustentação ambiental e a não invasão do si-mesmo. Este trabalho busca entender os possíveis motivos existentes para tais atitudes destes adolescentes, já que não foram encontrados trabalhos dedicados a este problema.

Esta dissertação também pretende oferecer instrumentos teórico-clínicos para que os profissionais possam suportar os ataques sintomáticos dos adolescentes, mantendo um ambiente propício ao pleno desenvolvimento de seres humanos, e sem deixar sua própria humanidade fora deste processo.

E por fim, o estudo também pretende aprofundar a compreensão da teoria winnicottiana sobre a sustentação ambiental, aplicáveis ao fenômeno da evasão de adolescentes dos abrigos.

Justificativa

Considerou-se a escolha do tema para este estudo de fundamental importância devido a alguns motivos. De ordem histórico-social, já que os adolescentes aos quais nos referimos foram histórica e socialmente negligenciados e tratados como delinquentes sem maiores compreensões acerca de seus possíveis motivos para se exporem a situações desprotegidas em detrimento do acolhimento (que minimamente existe) nos abrigos. Desta forma, o presente estudo revela um caráter preventivo, no sentido de apontar intervenções que podem ser realizadas pelos profissionais nas instituições de abrigo, contribuindo para a resolução deste problema empírico e indicando a possibilidade da construção de uma psicologia preventiva em abrigos para crianças e adolescentes.

A relevância deste estudo também se deve pelo fato do desenvolvimento da Ciência, especialmente pelo caráter praticamente inédito da pesquisa, pois de acordo com os levantamentos bibliográficos realizados, não foram encontrados estudos acerca do tema das evasões de adolescentes em situação de abrigo.

Perspectiva Teórica

Esta dissertação será desenvolvida a partir da compreensão psicanalítica winnicottiana da teoria do desenvolvimento afetivo do ser humano. Cabe, então, explicitar os aspectos gerais da teoria psicanalítica de Winnicott, que serão a base e a referência teórica que servirão para interpretar o fenômeno da evasão de adolescentes nas situações de abrigo.

Não entrarei na discussão sobre a existência ou não de paradigmas na psicanálise¹, muito menos na questão da avaliação da existência ou não de uma revolução em curso com a obra de Winnicott. Apesar disso, é importante mencionar que Winnicott tem sido considerado um autor que fez uma ruptura epistemológica na psicanálise (Loparic (2001), (2006), tanto em função da introdução da tendência inata para a integração, como fundamento ontológico

¹ Para tal discussão, ver Fulgencio (2007).

da teoria do desenvolvimento, quanto da sua explicitação da função do ambiente e da não centralidade (ou redutibilidade) da vida humana às questões relativas à vida instintual ou sexual.

Este pediatra inglês trabalhou com crianças com o tipo de conduta semelhante a dos adolescentes do presente trabalho, nos tempos da Segunda Guerra Mundial, quando estas foram evacuadas para lares/abrigos seguros contra os bombardeios, longe de onde seus pais estavam. Em ambos os casos, as crianças e adolescentes apresentaram conduta antissocial, caracterizada por Winnicott como o fato de não haver na personalidade da criança ou do adolescente nenhuma área para o brincar, este é substituído pela ação (*acting out*); tendência para os comportamentos de roubar e mentir, de um lado e para atos destrutivos, do outro. Mas Winnicott também assinala a delinquência como sinal de esperança. (1964d, p. 90).

Neste sentido, a teoria winnicottiana oferece subsídios vindos de intervenções empíricas para se pensar o problema deste estudo.

A teoria winnicottiana fundamenta-se em dois pilares fundamentais: a concepção de que todo indivíduo tem uma tendência inata à integração e que é necessário um ambiente facilitador para que esta integração possa ocorrer.

Loparic (2005), apresenta o quadro geral do paradigma winnicottiano:

O novo *exemplar* proposto por Winnicott é o bebê no colo da mãe, que precisa crescer, isto é, constituir uma base para continuar existindo e integrar-se numa unidade. A *generalização-guia* mais importante é a teoria do amadurecimento pessoal, da qual a teoria da sexualidade é apenas uma parte. Se supusermos que a mudança winnicottiana do paradigma freudiano aconteceu, como diria Kuhn, de forma análoga a uma *Gestalt switch*, ela não podia limitar-se a pontos isolados, devendo abranger todo o campo teórico da psicanálise. É fácil mostrar que, de fato, Winnicott também introduziu um novo *modelo ontológico* do objeto de estudo da psicanálise, centrado no conceito de tendência para a integração, para o relacionamento com pessoas e coisas e para a parceria psicossomática. A sua *metodologia* preserva a tarefa de verbalização do material transferencial, admitindo, contudo, apenas interpretações baseadas na teoria do amadurecimento, sem recurso à

metapsicologia freudiana, e incluindo também o manejo da regressão à dependência e do *acting-out* dos anti-sociais. O *valor* principal é a eliminação de defesas endurecidas, paralisadoras do amadurecimento, e a facilitação para que agora aconteça o que precisava ter acontecido, mas não aconteceu; bem como que se junte o que permaneceu ou se tornou dissociado, ou mesmo cindido. O sofrimento decorrente de conflitos, internos ou externos, deixa de ser o fundamental, fica em segundo plano, considerado parte da vida sadia. (p. s/p*)²

Assim, com base nesta referência teórica pretendo dedicar-me à interpretação e explicitação do problema específico da evasão de adolescentes nas situações de abrigo.

Metodologia

Considerando que o objetivo deste trabalho é contribuir para a compreensão dos possíveis motivos afetivos que levam crianças e adolescentes em situação de abrigo a evadirem deste local de proteção, com base na compreensão psicanalítica deste fenômeno, esta pesquisa, de natureza teórica, será realizada, por um lado, apoiando-se no método hermenêutico de interpretação e leitura³, buscando a explicitação do referencial teórico que estaremos utilizando; mas por outro, vamos fazer um trabalho de psicanálise aplicada, buscando ler um determinado fenômeno (que não foi produzido pelo método psicanalítico de investigação e pesquisa) a partir da teoria psicanalítica. Se, por um lado, vamos fazer uma leitura sistemática dos textos de Winnicott que se referem aos temas da sustentação ambiental e da atitude antissocial; por outro, com base nos resultados dessa leitura, vamos

² *(s/p) refere-se a citações sem página, por estarem publicadas em revistas eletrônicas.

³ Sobre esse método, Fulgencio comenta: “Ainda que haja diferenças significativas no campo da filosofia sobre a compreensão da hermenêutica (como método ou como estrutura do próprio ser humano) a indicação ou nomeação do caminho a ser realizado para edificação de pesquisas teóricas como sendo “O método hermenêutico de interpretação e leitura”, tem como objetivo indicar de que maneira a elaboração da perspectiva teórica (visando abordagens específicas) será feita formando-a razoavelmente reproduzível por outros pesquisadores que queiram fazer o mesmo caminho” (Fulgencio, 2012, comunicação pessoal).

interpretar um determinado fenômeno empírico que não pertence nem foi produzido no quadro do *setting* psicanalítico.

Nosso caminho será, nesse sentido: 1. com base numa determinada interpretação da obra de Winnicott, retomar o estudo de sua obra para explicitar a importância da noção de *self* verdadeiro, sustentação ambiental, privação e deprivação e tendência antissocial; 2. em posse desses instrumentais teóricos, assim constituídos, retomar a descrição dos problemas de evasão, buscando verificar se aqueles são úteis para explicar estes fenômenos. No que se refere à literatura principal que fornece a perspectiva teórica de interpretação da obra de Winnicott, estaremos nos apoiando em suas obras: *Privação e Delinquência (1984a)* ; *A família e o desenvolvimento individual (1965a)* e *O ambiente e os Processos de Maturação(1965b)*; e como literatura secundária, nos apoiaremos nos textos de Loparic – tais como seu “Esboço do paradigma winnicottiano” (2001); “Elementos da teoria winnicottiana da sexualidade” (2005) e “De Freud a Winnicott: aspectos de uma mudança paradigmática” (2006) –, bem como nas obras de outros comentadores da obra de Winnicott, tais como Dias (2003), Abram (1996), Phillips (1988).

Desenvolvimento

No capítulo I será realizada uma descrição do abrigo e suas características de funcionamento. Nesta apresentação serão abordados os aspectos gerais da instituição, explicitando os marcos legais referentes ao abrigo e em seguida descrevendo a instituição e os problemas de sustentação ambiental que podemos reconhecer na situação de abrigo.

No capítulo II serão apresentados os aspectos gerais da teoria winnicottiana sobre a sustentação ambiental no processo de desenvolvimento afetivo, especificamente tratando das questões de privação e deprivação; dependência absoluta e relativa e, por fim, trataremos da tendência antissocial.

No terceiro e último capítulo, a evasão será explicada do ponto de vista da teoria winnicottiana do desenvolvimento afetivo, com a descrição geral de casos de evasão. Em seguida, será realizada a descrição de histórias de

evasão compreendidas com base na ideia de deprivação e por último, tratarei das ameaças de evasão como pedido de ser segurado.

CAPÍTULO I – Descrição da instituição abrigo e suas características de funcionamento

Neste capítulo serão abordados os aspectos gerais da instituição, a legislação que regulamenta o acolhimento institucional, assim como os problemas de sustentação ambiental que podemos reconhecer na situação de abrigo.

1. Aspectos gerais da instituição

A instituição “abrigo” é também denominada “acolhimento institucional” e este como outros termos legislativos das diretrizes sobre o abrigo remetem à teoria winnicottiana do desenvolvimento afetivo. Legalmente o abrigo regulamenta-se da seguinte forma:

Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes integram os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sejam eles de natureza público-estatal, e devem pautar-se nos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, da Política Nacional de Assistência Social; da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, da Norma Operacional Básica do SUAS e no Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças. (“Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes,” 2009, p. 18)

O referido serviço de acolhimento para crianças e adolescentes deve estruturar seu atendimento de acordo com os seguintes princípios:

- Excepcionalidade do Afastamento do Convívio Familiar
 - Provisoriedade do Afastamento do Convívio Familiar
 - Preservação e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários
 - Garantia de Acesso e respeito à Diversidade e Não-discriminação
 - Oferta de atendimento Personalizado e Individualizado
 - Garantia de Liberdade de Crença e Religião
 - Respeito à Autonomia da Criança, do Adolescente e do Jovem.
- ("Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes," 2009, p. 23)

De acordo com a Resolução promulgada em 18 de junho de 2009, a definição de "Abrigo institucional" é a seguinte:

Serviço que oferece *acolhimento* provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.

O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo *ambiente acolhedor* e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. ("Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes," 2009, pp. 67, grifos meus)

A lei traz o termo "ambiente acolhedor", que também é trabalhado por Winnicott, em relação à importância que o ambiente desempenha no estágio da adolescência, no texto "Adolescência: Transpondo a Zona das Calmarias" (1962a), em que afirma que muitas das dificuldades por que passam os adolescentes, e que muitas vezes requerem a intervenção de um profissional,

derivam de más condições ambientais. Desta forma, ele enfatiza a “vital importância” (p. 117) do ambiente e da família para aquela grande parcela de adolescentes que chega a maturidade adulta.

Muitas vezes a demanda por ser acolhido era tão grande, que alguns adolescentes andavam descalços para machucar o pé de propósito, e então solicitavam um curativo no pequeno ferimento. Geralmente, próximo ao término do horário de trabalho, havia uma fila de adolescentes para que eu fizesse pequenos curativos. Como não tenho conhecimentos técnicos na área de enfermagem, fazia curativos extremamente simples, e apesar disso, houve o caso de cicatrização de uma ferida muito profunda no pé de um garoto, somente depois que eu cheguei ao abrigo e fazia os curativos em seu pé; ele já havia sido levado ao médico, e seguiu as prescrições do mesmo, mas nada fazia com que a ferida cicatrizasse.

A já referida Resolução versa também:

O impacto do abandono ou do afastamento do convívio familiar pode ser minimizado se as condições de atendimento no *serviço de acolhimento* propiciarem *experiências reparadoras* à criança e ao adolescente e a retomada do convívio familiar. (“Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes,” 2009, pp. 19, grifos meus)

Utilizam como sinônimo de abrigo o “serviço de acolhimento”, que retoma a questão do ambiente acolhedor tratada no parágrafo anterior e acrescenta a noção de “experiências reparadoras”. Para Winnicott, conforme o texto: “Agressão, Culpa e Reparação” em *Privação e Delinquência* (Winnicott, 1984c), existem pares de palavras que podem ser usados de acordo com o estágio de desenvolvimento emocional que está sendo descrito:

Aniquilar - criar
Destruir - recriar
Odiar - amor reforçado
Ser cruel - ser terno
Sujar - limpar

Desta forma, para que o abrigo seja realmente “reparador” para a criança, ele teria que tornar possível todos estes outros campos de ação criativa.

Winnicott (1984a) chega a dar um exemplo de sua paciente, para demonstrar o quanto a criatividade está relacionada com a destrutividade:

Naturalmente, o fato de que a paciente estava adquirindo consciência da [sua] destrutividade possibilitou a atividade construtiva que se manifestava durante o dia. Mas é o outro lado da moeda que quero que vejam agora. As experiências construtivas e criativas estavam possibilitando à jovem chegar à experiência de sua destrutividade. Observe-se o corolário que é o fato de a paciente necessitar da oportunidade para contribuir, e aqui o meu tema se liga com a vida do dia-a-dia. *Oportunidade para atividade criativa*, para jogos imaginativos e para o trabalho construtivo, é justamente isso que tentamos das igualmente a todos. (pp. 160, grifos meus)

Ou seja, para que um serviço de acolhimento seja “reparador” deve ter capacidade (humana) de suportar e sobreviver à destrutividade das crianças e adolescentes, para que estes possam ter a vivência desta destrutividade num sentido de possibilitar a manifestação de sua criatividade, expressando desta forma, sua saúde psíquica.

Outro aspecto importante da teoria winnicottiana embasado pela lei se refere ao ambiente e cuidados facilitadores do desenvolvimento da criança e do adolescente:

Enquanto o acolhimento for necessário, é fundamental ofertar à criança e ao adolescente um *ambiente e cuidados facilitadores do desenvolvimento*, de modo a favorecer, dentre outros aspectos: i. Seu desenvolvimento integral; ii. A superação de vivências de separação e violência; iii. A apropriação e ressignificação de sua história de vida; e iv. O fortalecimento da cidadania, autonomia e a inserção social.

("Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes," 2009, pp. 29, grifos meus)

Descrição da instituição

O abrigo no qual este trabalho foi inspirado situa-se no município de Campinas, no interior de uma comunidade terapêutica, para reabilitação de dependentes químicos. Teoricamente o abrigo é independente da comunidade terapêutica, o local é como uma grande fazenda com algumas casas, a casa dos adolescentes abrigados não é a mesma dos dependentes químicos em reabilitação, porém por estarem no mesmo espaço físico, as questões se tornam mais estreitas e complexas.

Os meninos do abrigo vêm de diversas situações de vulnerabilidade, tais como: pobreza, destituição familiar, exploração e abuso sexual, pais com questões de saúde mental, violência sofrida na infância, abuso de substâncias químicas (em especial, o crack, que gera uma enorme dependência), dificuldade na incorporação, aceitação e cumprimento de regras socialmente estabelecidas (negando-as e por algumas vezes subvertendo-as com pequenos furtos), tráfico de drogas, agressões físicas, enfim, um grupo extenso de atitudes antissociais. Em sua maioria, provêm de uma classe social sem muitos recursos financeiros, ou até sem o mínimo necessário para a sobrevivência. Já os adultos e adolescentes, que estão na comunidade terapêutica, pagam por este serviço e advêm de uma classe social mais favorecida economicamente. Esta diferença socioeconômica se fazia notável em diversas situações cotidianas, como a diferença do lanche oferecido para estes e comentários preconceituosos vindos dos adultos e adolescentes em reabilitação referentes aos adolescentes abrigados. Em outros momentos, formavam-se parcerias entre os adolescentes do abrigo e os adolescentes da comunidade terapêutica, tanto por laços de amizade, por afinidades esportivas, por interesse afetivo-sexual (nos casos de adolescentes homossexuais) e também quando se uniam para evadir do local.

2. Problemas de sustentação ambiental que podemos reconhecer na situação de abrigo

A Resolução promulgada em 18 de junho de 2009 versa sobre como deveriam ser os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes:

No Brasil, as origens do atendimento a crianças e adolescentes em serviços de acolhimento remontam ao período colonial. Mas foi apenas com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que crianças e adolescentes passaram a ser concebidos como sujeitos de direito, em peculiar condição de desenvolvimento e que o encaminhamento para serviço de acolhimento passou a ser concebido como medida protetiva, de caráter excepcional e provisório (Art. 101). O ECA assegurou, ainda, o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, em família substituta (Art. 19). ("Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes," 2009, p. 20)

Porém, no cotidiano não acontece exatamente como está na lei, como caracteriza a própria resolução:

A despeito dos direitos assegurados no ECA, o Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2003, identificou o descompasso existente entre a legislação e a realidade dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes no Brasil. ("Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes," 2009, p. 21)

Desta forma, faz-se necessário explicitar alguns problemas que podemos reconhecer na situação de abrigo.

Problemas de caráter religioso

Como a instituição foi fundada por um padre, e este realiza missas na capela localizada dentro da instituição, os adolescentes eram convidados a participarem deste momento. Mas nem sempre desejavam participar, seja pelo horário (5:30h da manhã) ou por não acreditarem neste tipo de rito religioso. Esta não-participação de alguns dos adolescentes não era bem acolhida pelo padre, ou seja, a relação entre eles era delicada e frágil.

Em um outro momento, um adolescente que tomava muitos remédios psiquiátricos teve uma espécie de surto psicótico, vendo “demônios” e seres de “outro mundo”. Um dos educadores, que era extremamente religioso, começou a exorcizar o adolescente, colocando uma cruz na cabeça do garoto e gritando para que o “demônio” saísse do corpo dele. E o menino gritava dizendo o contrário. Quando ambos estavam exaustos de tanto gritar, o garoto parou de gritar, deu “razão” ao educador e foi dormir.

Enfim, muitas vezes os adolescentes acabavam se submetendo à algumas orientações religiosas nas quais não acreditavam, simplesmente para não terem maiores problemas dentro da instituição.

Problemas referentes à toxicomania

O abrigo localizava-se próximo a um bairro menos favorecido economicamente, que tinha o tráfico de drogas como uma das principais atividades de alguns dos jovens que residiam naquele local. Os adolescentes do abrigo sabiam deste fato por estudarem em um colégio próximo. Quando chegava algum novo adolescente para residir no abrigo, os mais experientes contavam sobre a conjuntura do bairro e solicitavam que este pulasse o muro e buscasse maconha para a maioria deles. Alguns novatos obedeciam e eram rapidamente incluídos no grupo, outros recusavam-se a buscar drogas e eram deixados de lado pelo grupo. Os educadores ficavam constantemente em busca destas substâncias e quando encontravam, avisavam os coordenadores, que pensavam em alguma forma de punição para o adolescente com o qual a droga foi encontrada, estas eram as chamadas “educativas”, como por

exemplo, carpir o mato ao redor da casa, ou ficar sem passeio externo no final de semana. Os coordenadores faziam também “conscientizações”, que eram conversas de caráter reflexivo sobre as atitudes do adolescente dentro do abrigo.

Existia toda uma tensão em torno do fato do uso de drogas dentro da instituição, pois isto é terminantemente proibido, o abrigo deveria se configurar como um espaço de proteção para os adolescentes. A tensão nas relações existia tanto entre os adolescentes quanto entre os educadores, pois os adolescentes que não queriam buscar as drogas ou que contavam sobre este fato para os coordenadores eram intimidados pelos outros jovens, sendo até mesmo agredidos por eles. Os educadores também ficavam receosos de procurar e encontrar as drogas, pois também poderiam ser intimidados e até ameaçados pelos adolescentes.

Problemas de caráter sexual

A capacidade máxima do referido abrigo era de 14 adolescentes, que se dividiam em três quartos para dormirem. Em determinados momentos, geralmente no período noturno, alguns adolescentes solicitavam que um outro adolescente tivesse relações sexuais com ele, especialmente quando algum adolescente homossexual estava abrigado. Entre os jovens, isto não gerava grandes conflitos, mas entre os educadores estas práticas acabavam impactando-os, especialmente os educadores do plantão noturno, que eram os que, de fato, percebiam o que estava acontecendo e se deparavam com o ato sexual ocorrendo entre os adolescentes.

Problemas de caráter relacional

Aos domingos os adolescentes podiam receber visitas de seus familiares. Este era um momento extremamente alegre para os que recebiam visitas, porém isto gerava um forte impacto nos adolescentes que não recebiam visitas. Alguns solicitavam que fizéssemos ligações aos pais, perguntando se viriam vê-los, e os pais prometiam vir, mas não vinham, deixando o

adolescente durante o domingo inteiro esperando-os. Outros pais não tinham dinheiro para pagar o ônibus até o abrigo, os que conseguiam ir e não tinham dinheiro para voltar para casa solicitavam ajuda ao abrigo e o abrigo ajudava. Domingo sempre era um dia de contrastes, de muita alegria de alguns e muita tristeza de outros.

Problemas referentes à higiene pessoal e da casa

Os adolescentes recebiam um “kit” de higiene pessoal com seu nome, que continha sabonete, creme e escova dental, entre outros artigos. Mas nem todos efetuavam sua higienização de forma correta, o que acarretava sérias brigas entre eles. Os que se cuidavam mais alegavam que não aguentavam o odor dos outros, jogavam seus tênis para fora da casa, por exemplo. Outra questão que sempre gerava conflitos era sobre a divisão da limpeza da casa. Isto era feito por rodízios, de forma que ninguém ficaria toda semana responsável por limpar o mesmo cômodo, mas mesmo com esta divisão de trabalho alguns não queriam fazer sua parte, ou faziam de qualquer jeito. Isto gerava brigas com os que limpavam sua parte corretamente, e cabia aos educadores tentar mediar estes conflitos.

Problemas referentes à desentendimentos de diversos tipos

Todos os desentendimentos eram mediados pelos educadores, mas muitas vezes a situação se tornava incontrolável e os adolescentes começavam a se agredir fisicamente, até mesmo por motivos aparentemente simples, como se estivessem “descontando” a raiva dos acontecimentos de suas vidas sobre os outros adolescentes, pois os ataques de fúria eram desmedidos para aquela situação. Comumente se arrependiam de terem brigado após algumas horas ou dias. Cabia aos educadores separá-los, segurá-los e conversar com eles sobre o conflito.

É importante ressaltar que, quando estes problemas aconteciam, muitos dos profissionais não suportavam (não sobreviviam) aos ataques dos adolescentes, que como veremos no capítulo 2, é algo elementar na tendência

antissocial. Eles solicitavam sua própria demissão, ou afastamento temporário do trabalho ou até mesmo retaliavam os adolescentes, demonstrando raiva por eles terem feito algo errado aos olhos da instituição. É muito provável que isto ocorresse devido à falta de instrumentos teóricos-clínicos por parte dos educadores que pudessem ser aplicados ao trabalho cotidiano com adolescentes.

3. Comentários gerais

A pergunta sobre os motivos da evasão tem sido respondida pela instituição no sentido de explicar que os adolescentes evadem do abrigo para usar drogas e também de forma a tentar mostrar para o adolescente que aquele é um lugar de proteção e cuidado, e portanto, o melhor lugar para ele ficar. Mas surgem questões tais como: o que a droga oferece que o abrigo não? Até que ponto aquele adolescente tem o desejo de ser protegido ou cuidado? Ou melhor, será que ele consegue se deixar cuidar e proteger? A postura institucional vai na direção de tentar trazê-los de volta para o abrigo, muitas vezes buscando-os na rua, conversando com eles e trazendo-os de volta; e quando isto não é feito, geralmente, o adolescente que evadiu comete algum pequeno ato infracional e vai para a Fundação Casa (antiga Febem).

A sociedade em geral, tem um olhar temeroso em relação a estes adolescentes, por se sentirem ameaçados por eles de alguma forma, devido aos furtos praticados pelos mesmos, ou pela postura grupal de burlar qualquer princípio ou regra socialmente estabelecida. Este trabalho busca aprofundar esta visão, tentando entender os possíveis motivos existentes para tais atitudes destes adolescentes.

CAPÍTULO II – Aspectos gerais da teoria winnicottiana sobre a sustentação ambiental no processo de desenvolvimento afetivo: privação e deprivação

Neste capítulo serão abordados os aspectos da teoria winnicottiana do desenvolvimento afetivo referentes à dependência e à independência; os problemas de sustentação ambiental de privação e deprivação e por fim, a tendência antissocial.

1. A teoria winnicottiana do desenvolvimento afetivo: da dependência à independência

Um trecho da obra “Winnicott” de Adam Phillips (1988), ilustra muito bem a importância atribuída à questão da “dependência” ao longo do desenvolvimento emocional do ser humano na obra de Winnicott tomando como referência a obra de Freud:

Na visão de Freud, o homem é dividido e compelido, pelas contradições de seu desejo, na direção de um envolvimento frustrante com os outros. Em Winnicott, o homem só pode encontrar a si mesmo em sua relação com os outros, e na independência conseguida através do reconhecimento da dependência. Para Freud, em resumo, o homem era o animal ambivalente; para Winnicott, ele seria o *animal dependente*, para quem o desenvolvimento – a única “certeza” em sua existência – era a tentativa de se tornar “separado sem estar isolado”. Anterior à sexualidade como o inaceitável, havia o *desamparo*. *Dependência era a primeira coisa*, antes do bem e do mal. (p. 29;grifos meus)

Porém, Winnicott (1965r) afirma que, apesar de analisar o desenvolvimento do ser humano em termos da dependência, mudando gradativamente no sentido da independência, “isso não invalida de modo algum

a conceituação que possa ser feita sobre o crescimento em termos de zonas eróticas ou de relações objetais” (p. 79)

Winnicott (1965r) trata o desenvolvimento emocional do indivíduo da dependência rumo à independência como uma jornada:

Cada ser humano precisa começar esta jornada, e muitos chegam a algum lugar não muito longe de seu destino, e chegam a uma independência com o sentido social intrínseco. (...) Nesta linguagem normalidade significa tanto saúde do indivíduo como da sociedade, e a maturidade completa do indivíduo não é possível no ambiente social imaturo ou doente. (p. 80)

Ele categoriza esta “jornada” em três fases do desenvolvimento, devido à complexidade da discussão, são elas: dependência absoluta, dependência relativa e rumo à independência. A seguir, tratarei de cada uma delas.

Dependência absoluta

Quando um bebê nasce, logo em seus primeiros dias de vida, precisa de cuidados plenos, absolutos, referentes aos seus mais diversos tipos de necessidades; tais como a alimentação, a sustentação, o mais sutil cuidado com a temperatura do banho, a intensidade da luminosidade, a temperatura da água do algodão com o qual irá limpar a pele do bebê, a forma como se vai sustentá-lo, virá-lo, trocá-lo, acordá-lo e fazê-lo dormir. A atenção aos ruídos aos quais o bebê é exposto. O calor do corpo da mãe ou do pai, para amenizar as cólicas. A movimentação dele e ao seu redor. Os cheiros com os quais ele primeiramente se habitua. O tom das vozes que a ele se dirigem. Os olhares que se encontram com seu olhar. As músicas que são cantadas para ele. O conforto do berço e do carrinho. O aconchego do colo. É desta forma que, na saúde, o ambiente se organiza para cuidar de um bebê; que, segundo Winnicott, é um aspecto fundamental para o desenvolvimento emocional do mesmo. As necessidades do bebê precisam ser atendidas por um ambiente

acolhedor, um ambiente que consiga se adaptar a ele, principalmente nos primeiros dias de vida, que são extremamente importantes para o desenvolvimento e que são base para as aquisições das habilidades futuras da criança e de sua constituição como um ser humano integrado. Nas palavras de Winnicott (1958j): “(o desenvolvimento emocional do primeiro ano de vida lança as fundações mesmas da saúde mental do indivíduo humano” (p. 5). Os mais sutis cuidados fazem toda diferença nesta fase de desenvolvimento. Estamos tratando da dependência absoluta, que segundo Winnicott (1970a) é um *fato* na vida de todo e qualquer ser humano:

É importante reconhecer o *fato* da dependência. A dependência é real. É tão óbvio que os bebês e as crianças não conseguem se virar por si próprios, que as simples ocorrências de dependência passam facilmente despercebidas. (p. 73)

Neste estágio do desenvolvimento, o bebê é indiferenciado do ambiente, ele ainda não tem claro quem é ele e quem é o outro, logo, não sabe o que parte (vem) dele e o que parte (vem) do outro. Nas palavras de Winnicott (1987d):

Este esquema do ser humano em desenvolvimento leva em consideração o fato de que, no início, o bebê ainda não estabeleceu uma divisão entre aquilo que constitui o não-EU e o EU, de tal forma que, no contexto especial dos relacionamentos iniciais, o comportamento do meio ambiente faz parte do bebê da mesma forma que o comportamento de seus impulsos hereditários para a integração, para a autonomia e a relação com objetos, e para uma integração psicossomática satisfatória. (p. 80)

O bebê precisa, a todo momento, ser interpretado pela mãe, para que ela possa supor as necessidades daquele pequenino ser. E em uma série de tentativas, a mãe vai catalogando mentalmente e muito naturalmente o que significa cada gesto, cada ruído, cada tipo de choro, cada movimento: das pernas, braços, boca, olhos. Mas para que isso possa acontecer de forma

satisfatória, é preciso que a mãe esteja em estado regredido que permite a ela identificar-se com seu bebê. À este processo, Winnicott (1965r) dá o nome “preocupação materna primária”(p. 81):

Gostaria de dar a este estado especial da mãe um nome especial, porque acho que sua importância não tem sido apreciada. As mães se recuperam desse estado e se esquecem. Eu denomino isso “preocupação materna primária. (p. 81)

Para que a mãe possa supor o que o nenê precisa em cada determinado momento, ela acaba se colocando no lugar dele, ou seja, está parcialmente identificada com ele; o que a leva a estar também em um estado de grande vulnerabilidade. Tal como disse Winnicott (1965r): “Deste modo a própria mãe está em um estado dependente, e vulnerável ”. (p. 81). Neste momento é preciso que o ambiente em torno da mãe possa sustentá-la suficientemente bem no desempenho de seus cuidados com o bebê. Este ambiente geralmente é propiciado pelo marido, pela mãe da nova mãe, ou por quem quer que desempenhe este papel de manutenção/sustentação do ambiente em torno da mãe. Para que então, a mãe possa voltar-se e dedicar-se ao seu bebê.

Com este ambiente em torno da mãe resguardado, e com os cuidados plenos que, desta forma, ela poderá (na saúde) dirigir ao bebê, este conseguirá criar subjetivamente os objetos que irão satisfazer suas necessidades. Assim, quando o bebê sente um incômodo, determinado como fome e é adequadamente atendido pela mãe, ele sente que a satisfação de suas necessidades parte dele mesmo, já que é indiferenciado do ambiente. A este processo, Winnicott (1971f) dá o nome de “experiência de onipotência”:

A mãe que consegue funcionar como um agente adaptativo apresenta o mundo de forma a que o bebê comece com um suprimento da *experiência de onipotência*, que constitui o alicerce apropriado para que ele, depois, entre em acordo com o princípio da realidade. (p. 13)

Cabe aqui ressaltar que o bebê não tem noção do quanto é dependente da mãe: “Na dependência absoluta o lactente não tem modo de se conscientizar da provisão materna” (p. 83).

O bebê experiencia que todas as satisfações de suas necessidades partem dele mesmo, e não existe distinção entre ele e o ambiente. Há somente criações do bebê, logo, os objetos existentes são subjetivos, que fornecem as bases para o objeto transicional, que será abordado no próximo item. Nas palavras de Winnicott (1970b):

O estágio de dependência absoluta ou quase absoluta tem a ver com o estado, no começo, do bebê que ainda não separou um NÃO-EU do que é EU, do bebê que ainda não se acha aparelhado para desempenhar esta tarefa. Em outras palavras, o objeto é um objeto subjetivo, não objetivamente percebido. Mesmo que seja repudiado, posto longe, *o objeto ainda é um aspecto do bebê.* (1970b, p. 197; grifos meus)

Com a vivência destas experiências de adaptação e adequação às suas necessidades, o bebê passa a conseguir prever acontecimentos de sua vida, dado o acúmulo destas experiências, e devido às pistas fornecidas pelo ambiente; e desta forma, se torna gradativamente capaz de esperar. Conforme Winnicott (1970b): “Este desenvolvimento se dá *por causa das experiências que o bebê tem do comportamento adaptativo da mãe* (ou substituto materno)”. (p. 197). Aqui já estamos tratando do início da dependência relativa, que será esclarecida no item abaixo.

Dependência relativa

Neste estágio, ocorre uma gradativa desadaptação da mãe em relação ao seu bebê, porém, por mais que Winnicott utilize o termo “desadaptação”, ele deixa claro que este é um fato extremamente importante para o desenvolvimento do bebê, pois este já adquiriu conquistas que o tornam capaz de suportar a ausência (ou falhas) da mãe, fazendo com que a mãe possa sair

do estado de preocupação materna primária. Sobre este processo, cito Winnicott (1987e):

Com o tempo, o bebê começa a precisar da mãe para ser malsucedido em sua adaptação - e esta falha também é um processo gradual que não pode ser aprendido nos livros. Para uma criança, seria muito aborrecido continuar vivenciando uma *situação de onipotência* quando ela já dispõe dos mecanismos que lhe permitem conviver com as frustrações e as dificuldades de seu meio ambiente. Viver um sentimento de raiva, que não se transforma em desespero, pode trazer muita satisfação. (p. 6, grifos meus)

Para esclarecer como este processo ocorre se faz necessário mencionar dois momentos fundamentais para este estágio: a transicionalidade e o uso do objeto.

Transicionalidade

A transicionalidade é um momento importante do desenvolvimento emocional do ser humano, pois nele configura-se um paradoxo: o objeto é interno e externo ao mesmo tempo. E este é um paradoxo que deve ser mantido/sustentado pelo ambiente, já que o bebê necessita dessa sustentação para desenvolver a capacidade de externalidade, que inicialmente só ocorre sem a perda da onipotência inicial. Nas palavras de Winnicott (1971f): “Há um paradoxo aqui, na medida em que, nessa fase inicial, o bebê cria o objeto, mas o objeto já está lá, e o bebê não pode, portanto, tê-lo criado. Deve-se aceitar o paradoxo, não resolvê-lo” (p. 13).

Trata-se de um processo intermediário entre os objetos subjetivos criados pelo bebê e os objetos objetivamente reconhecidos (realidade externa). Dias (2012), afirma que os fenômenos transicionais “estão exatamente no meio do caminho dessa ‘longa jornada’ que vai da realidade subjetivamente concebida à realidade objetivamente percebida”. (p. 223)

É importante ressaltar que estes progressos do bebê somente foram possíveis devido à adaptação inicial da mãe. Cito Winnicott (1988):

O reconhecimento gradual que o bebê faz da ausência de um controle mágico sobre a realidade externa tem como base a onipotência inicial transformada em fato pela técnica adaptativa da mãe. (p. 126)

Como a mãe gradativamente vai se desadaptando das necessidades do bebê, o objeto transicional exerce também a função de amparo para este, “por substituírem a mãe que se desadapta e que, portanto, desilude o bebê. A transicionalidade marca o início da desmistura, da quebra da unidade mãe-bebê”. (Dias, 2012, p. 226).

Neste espaço de separação entre a mãe e o bebê, é que o objeto transicional efetua outro paradoxo (além do paradoxo de estar dentro e fora do bebê ao mesmo tempo): ele “é, ao mesmo tempo, separação e símbolo da união com o que está sendo separado; ele representa a mãe ou o seio, ou até o si-mesmo da criança, tal como está nesse momento do amadurecimento”. (Dias, 2012, p. 227)

É neste mesmo espaço (potencial) que se configura a área do brincar, uma experiência entre o mundo subjetivo e objetivamente percebido, de acordo com Winnicott (1971r): “É no brincar, e talvez apenas no brincar, que a criança ou o adulto fruem sua liberdade de criação” (p. 79)

No brincar, o bebê pode criar o mundo da sua forma, com traços pessoais, transitando do mundo subjetivo para o mundo objetivo, mantendo sempre características pessoais de criação do mundo, mesmo na vida adulta, para que “a realidade, externa, nua e crua, tenha significado pessoal” (Dias, 2012, p. 223)

E neste processo de ‘criar o mundo de forma pessoal’ é que, na saúde, se desenvolvem as mais variadas expressões culturais e artísticas, utilizando o ambiente pela via da criatividade e não da submissão; isto só é possível porque o objeto transicional é a base para a capacidade de formação de símbolos, mas a mãe TEM/deve que estar presente para ser simbolizada. Ou conforme afirma (Dias, 2012):

Se o bebê tiver as condições ambientais satisfatórias que lhe possibilitem criar esse novo mundo – no qual permanece preservada a

continuidade da ilusão básica - , esta área ficará disponível para a criação e o exercício da capacidade de simbolizar e de brincar, ampliando-se, no decorrer da vida, para a arte e a cultura em geral. (p. 228)

Uma falha ambiental nesta etapa do desenvolvimento pode gerar uma série de implicações problemáticas no desenvolvimento do indivíduo, que serão abordadas a seguir, nos itens 2 e 3 deste mesmo capítulo.

Uso do objeto

Como o próprio nome sugere, este é um momento fundamental na dependência relativa, em que o bebê torna-se capaz de usar objetos objetivamente percebidos e não mais com existência apenas subjetiva. O termo traz uma simplicidade aparente, mas este estágio do desenvolvimento é complexo. Esta complexidade se dá pelo fato de que para ser capaz de fazer uso de um objeto, o bebê deve ter alcançado conquistas fundamentais nos estágios anteriores do desenvolvimento: ele já deve ter a capacidade de ver o objeto como algo separado, externo a si mesmo. Conforme afirma Winnicott (1969i): “Para usar um objeto, o sujeito precisa ter desenvolvido *capacidade* de usar objetos. Isso faz parte da mudança para o princípio de realidade”. (p. 125)

Winnicott (1971a) faz uma diferenciação entre relacionar-se e usar o objeto:

A relação de objeto é uma experiência do sujeito que pode ser descrita em termos do sujeito, como ser isolado (Winnicott, (1958b),(1963a). Quando falo do uso de um objeto, entretanto, tomo a relação de objeto como evidente e acrescento novas características que envolvem a natureza e o comportamento do objeto. Por exemplo, o objeto, se é que tem de ser usado, deve ser necessariamente real, no sentido de fazer parte da realidade compartilhada, e não um feixe de projeções. É isso, penso eu, que contribui para estabelecer a grande diferença existente entre relacionar-se e usar. (p. 124)

O objeto estará, desta forma, fora do controle onipotente do bebê:

É o lactente que confere ao objeto o caráter de externo. Ele o faz expulsando o objeto (subjetivo) para fora do âmbito da onipotência: algo (alguém) que faz parte do si-mesmo ou do mundo subjetivo é destacado, expulso para fora, para ser examinado e/ou atacado. (Dias, 2012, p. 235)

A esta expulsão, Winnicott (1969i) dá o nome de destruição do objeto: “Essa mudança (do relacionamento para o uso) significa que o sujeito destrói o objeto”. (p. 125). Porém, é importante ressaltar a natureza deste objeto: “O objeto que é destruído pelo bebê é o objeto subjetivo. Melhor dizendo: é o caráter subjetivo do objeto que está sendo destruído”. (Dias, 2012, p. 235)

Esta destruição é de extrema importância para a constituição da noção de externalidade para o bebê, mas para que isto ocorra, é necessário que o objeto sobreviva. De acordo com Dias (2012): “(...) a experiência de destruição depende da sobrevivência do objeto. Sobreviver significa, neste contexto, não retaliar, não mudar de atitude, permanecer confiavelmente o mesmo”. (p. 237)

Neste sentido, a destrutividade tem um valor positivo, ou como afirma Dias (2012):

Trata-se de uma destrutividade *sem raiva*, referida à necessidade, própria ao amadurecimento, de o indivíduo começar a habitar num mundo que não é sua projeção, e no qual existem objetos que, tendo existência própria, podem ser usados. (p. 235)

Rumo à independência

Neste estágio, se todas as conquistas tiverem sido alcançadas nos estágios anteriores, a criança torna-se gradativamente capaz de lidar com o mundo e suas complexidades, conforme afirma Winnicott (1965r):

Em círculos cada vez mais abrangentes da vida social a criança se identifica com a sociedade, porque a sociedade local é um exemplo de

seu próprio mundo pessoal, bem como exemplo de fenômenos verdadeiramente externos. (p. 87)

Na saúde, a criança tem uma experiência real, que consolida uma existência real, propiciando uma vida satisfatória, digna de ser vivida. Nas palavras de Winnicott (1971f):

Todas essas coisas andam juntas e combinam-se, na sensação do se sentir real, de ser e de haver experiências realimentando a realidade psíquica interna, enriquecendo-a, dando-lhe direção. A consequência é que o mundo interno da pessoa saudável relaciona-se com o mundo real ou externo, e mesmo assim é pessoal e dotado de uma vivacidade própria. (p. 14)

2. Problemas de sustentação ambiental: privação e deprivação

No primeiro item do presente capítulo, descrevi os elementos fundamentais da teoria do desenvolvimento afetivo, procurando esclarecer a fundamental importância da concepção winnicottiana de dependência, estágio no qual os pilares do bom funcionamento psíquico são constituídos.

Privação

Quando há falhas no estágio da dependência absoluta, pode-se dizer que houve uma privação no desenvolvimento psicoafetivo do bebê. Esta privação pode ocasionar distúrbios caracterizados como distúrbios psicóticos. Winnicott (1989vl) caracteriza a psicose:

Digamos que, na psicose, há um transtorno que envolve a estrutura da personalidade. Pode-se mostrar que o paciente se acha desintegrado, ou irreal, ou fora de contato com o seu próprio corpo ou com aquilo que nós, como observadores, chamamos de realidade externa. Os problemas do psicótico são desta ordem. (p. 53)

Winnicott (1965h) afirma que há uma relação direta entre a psicose e o ambiente: “Atualmente, presumo, estamos chegando à ideia de que na psicose há defesas muito primitivas que são trazidas à ação e organizadas, por causa de anormalidades ambientais”. (p. 124). Ele também (1965vf) nos fornece explicações acerca dos tipos de falhas que este ambiente pode ter, devido às quais a psicose pode vir a ocorrer:

Essa realidade pode ser afetada por dois tipos de distúrbios maternos. Num extremo, temos mãe cujos interesses próprios têm caráter tão compulsivo que não podem ser abandonados e ela é incapaz de mergulhar nessa extraordinária condição que quase se assemelha a uma doença, embora, na verdade, seja bastante indicativo de boa saúde. No outro extremo temos a mãe que tende a estar sempre preocupada, e nesse caso o bebê torna-se sua preocupação patológica. [...] A mãe patologicamente preocupada não só permanece identificada a seu bebê por um tempo longo demais, como também abandona de súbito a preocupação com a criança, substituindo-a pela preocupação que tinha antes do nascimento desta. (p. 22).

De acordo com esta proposição, existem então, um tipo de falha ambiental, cuja mãe não conseguiu se estabelecer no estado de “preocupação materna primária” (1965r), negligenciando o bebê das mais diversas formas; e outro tipo de falha ambiental, cuja mãe destina à criança uma preocupação patológica, invadindo o bebê em suas necessidades mais básicas. Ambas as falhas atacam/invadem a ilusão de onipotência do bebê, fundamental para o desenvolvimento saudável de seu psiquismo, fazendo com que o bebê crie uma organização defensiva para esta invasão. A psicose se configura, desta forma, como uma organização defensiva contra o ambiente invasor: “Portanto, quando o bebê está reagindo, ele não está sendo” (Cesarino, 2008, p. 39). Ou seja, há uma interrupção na continuidade de ser do bebê.

Deprivação⁴

O conceito winnicottiano de deprivação diz respeito a um ambiente suficientemente bom que foi perdido abruptamente, no período da dependência relativa, em que a criança já tinha capacidade de perceber a dependência. Nas palavras de Winnicott (em explorações psicanalíticas) sobre este processo traumático:

O trauma, no sentido mais popular do termo, implica uma quebra da fé. O bebê ou a criança construíram uma capacidade de “acreditar”, e a provisão ambiental primeiro se ajusta a ela, mas depois, fracassa. Desta maneira, o meio ambiente persegue pelo fato de atravessar as defesas. O ódio reativo do bebê ou da criança divide o objeto idealizado e isto pode ser experienciado em termos de um delírio de perseguição por parte de objetos bons. Onde a reação é de raiva ou ódio apropriados, a expressão “trauma” não é bem aplicada. Em outras palavras, onde há uma raiva apropriada, o fracasso ambiental não se situou mais além da capacidade do indivíduo de lidar com sua reação. (p. 114)

Como o bebê ou criança já se percebe diferenciado do ambiente, sabe e sente que a falha foi ambiental e esta é uma diferença crucial em relação às psicoses, em que a falha ocorre em momento do desenvolvimento do indivíduo em que ele ainda não consegue perceber que a falha foi do ambiente, pois ainda está indiferenciado do mesmo. Devido a esta percepção de que a falha foi ambiental, a criança passa a cobrar do ambiente os danos que lhe foram causados (exatamente como faz a maioria dos adolescentes abrigados, que sofreram processos de deprivação).

É neste momento que se organiza defensivamente a tendência antissocial, cujos sintomas são: a enurese, destrutividade, roubo e mentiras; entre outros sintomas físicos sem motivação orgânica, que surgem logo no

⁴ O conceito de privação refere-se ao original (*deprivation*) do livro *Deprivation and Delinquency* (1984a), que foi traduzido como *Privação e Delinquência* (2002). Esta escolha foi feita para não gerar erros conceituais entre ‘privação’ e ‘deprivação’.

início da manifestação da tendência antissocial, além da característica de pobreza cultural que serão abordados no item que se segue.

3. Tendência Antissocial⁵

Na Introdução do livro “Privação e Delinquência”, Clare Winnicott refere-se às manifestações de delinquência em sociedade tão ameaçadoras quanto a bomba nuclear. Desta forma, podemos ter uma ideia da importância em se discutir este tema no atual momento histórico-social em que vivemos.

A etiologia da tendência antissocial consiste na perda abrupta de um ambiente que vinha sendo suficientemente bom em um determinado momento do amadurecimento do indivíduo em que este já é capaz de reconhecer a perda como uma falha ambiental (*deprivation*). Nas palavras de Winnicott (1958c):

Quando existe uma tendência antissocial, *houve um verdadeiro desapossamento* (não uma simples carência); quer dizer, houve perda de algo bom que foi positivo na experiência da criança até uma certa data, e que foi retirado; a retirada estendeu-se por um período maior do que aquele em que a criança pode manter viva a lembrança da experiência”. (p. 139 e 140)

Um exemplo desse desapossamento a que Winnicott se refere pode ser vislumbrado no caso de um dos adolescentes (M.) do abrigo ao qual este trabalho faz referência. Certa vez contou que as condições materiais de sua família eram muito escassas, de modo que ele e os irmãos saiam para pedir alimentos pelas casas, mas apesar de terem que pedir para poderem se alimentar, eram felizes; iam cantando pelas ruas e quando ganhavam alguns alimentos, voltavam para a pequena casa, a mãe cozinhava e todos se alimentavam. Porém, em certo momento, a mãe encontrou um homem, que passou a morar com eles. Este homem, então padrasto do referido adolescente, bebia muito e ficava agressivo nestes momentos. Em um dos dias

⁵ Os conceitos de privação e tendência antissocial estão intimamente relacionados, então existe uma dificuldade em separá-los, de forma que a explicação pode se tornar repetitiva.

em que chegou alcoolizado em casa, brigou com a mãe de M. e começou a agredi-la. Foi então que, na tentativa de defender a mãe, M. pegou uma marreta e bateu com força na cabeça do padrasto, que ficou ferido e desmaiou. M. relatou que ficou extremamente assustado com seu ato e pensou que havia matado o padrasto. Disse que desde então, sua vida se tornou um inferno, tanto pela tensão das relações familiares, quanto pelo receio que ele mesmo tinha em relação ao que era capaz de fazer. Depois deste episódio, M. não ficou muito mais tempo em casa, saía pelas ruas e acabou sendo abrigado. Possivelmente, M. sofreu um tipo de trauma, descrito por Winnicott (1989d) como o terceiro tipo de trauma, que refere-se à uma ruptura abrupta do cuidado ambiental, uma “quebra da fé” (p. 114), quebra da capacidade de acreditar na provisão ambiental. Também podem ter ocorrido falhas anteriores no desenvolvimento emocional deste adolescente para que ecloda uma tendência antissocial, mas podemos entender o que foi dito como uma comunicação da realidade psíquica dele, atualizando uma situação passada.

É importante ressaltar que a tendência antissocial faz referência a uma patologia que pode estar associada a um quadro clínico de neurose, de psicose ou de depressão; segundo Winnicott (1958c), a tendência antissocial “pode ser encontrada num indivíduo normal ou num indivíduo neurótico ou psicótico” (p. 138). Ela é um tipo específico de defesa, que requer um tratamento específico, mas é importante que se saiba qual é o diagnóstico de base e no caso deste trabalho, a importância desta distinção deve-se ao fato de alguns adolescentes abrigados estarem em uma ou outra categoria diagnóstica, o que implica que a intervenção será realizada em cada caso, pois a tendência antissocial pode estar encobrindo outros tipos de patologia, conforme afirma Winnicott (1946b), referindo-se à sua experiência em um reformatório: “o diagnóstico pode variar segundo uma escala que vai de normal (ou saudável) a esquizofrênico. Entretanto, existe algo comum a todos os delinquentes”. (p. 129)

Este “algo comum” pode ser descrito por meio dos sintomas da tendência antissocial, tais como a enurese, a destrutividade, roubo e mentiras; além da característica de pobreza cultural. Nas palavras de Winnicott (1971b):

Grosso modo, pode-se dizer que há dois tipos de tendência anti-social. Em um, a enfermidade se apresenta em forma de roubo ou chamando atenção especial através do ato de urinar na cama, falta de asseio e outras delinqüências menores que, de fato, dão à mãe trabalho e preocupações extras. No outro, há a destrutividade provocando atitudes firmes, ou melhor, firmes sem a qualidade adicional da retaliação. Sem entrar em detalhes, o primeiro tipo de criança sofre de privação no sentido de perda do cuidado materno ou de um *objeto bom*, e o segundo tipo sofre de privação em termos do pai ou da qualidade na mãe que mostra que ela tem o apoio de um homem; isto inclui a atenção dela, ou talvez sua capacidade para resistir a ataques e ser capaz de reparar estragos feitos nas roupas, tapetes, paredes ou janelas da casa. (p. 230)

A destrutividade é uma distorção da agressividade, que é inerente ao ser humano, e inicialmente expressa-se por meio da motilidade, no teste das forças, teste dos limites e da capacidade de sobrevivência do ambiente. Se o ambiente falha neste momento de expressão da agressividade da criança, ela torna-se angustiada, pois não pode experimentar e constatar que sua agressividade não destrói o ambiente, não desenvolvendo desta forma, a capacidade de controlar-se, buscando formas de controle externo. Este processo tem sua expressão máxima no momento do desenvolvimento do uso do objeto, em que o bebê destrói o objeto para criar a externalidade; se ocorrer uma falha ambiental neste momento, a criança ficará testando o ambiente para verificar a realidade deste mundo, ou seja, a destrutividade expressa-se como uma tentativa da criança de ver o mundo se reafirmar para ela.

Em muitos momentos no abrigo, os adolescentes expressavam sua agressividade de forma destrutiva, agindo de forma extremamente violenta entre os próprios adolescentes e até mesmo com a equipe profissional. Eram verdadeiras explosões de raiva, muitas vezes sem um motivo aparente e geralmente culminavam em agressões físicas. Certa vez, um dos adolescentes agrediu o coordenador da instituição com uma cadeira, deixando-o gravemente ferido e tendo que ser afastado do trabalho por vários dias; além das agressões

dos próprios adolescentes entre si, que aconteciam com maior frequência, apesar dos esforços da equipe no sentido contrário a isto.

Outro sintoma da tendência antissocial é o roubo, que pode vir associado à mentira. Winnicott (1946b) afirma:

Quando uma criança rouba açúcar, ela está procurando a boa mãe, de quem ela tem o direito de tirar toda doçura que houver. De fato, essa doçura é a da própria criança, pois ela inventou a mãe e a doçura desta a partir de sua própria capacidade para amar, a partir de sua própria criatividade primária, seja ela qual for. (p. 130)

Neste mesmo trabalho, Winnicott (1946b) diz que a criança procura também o pai, para que este possa proteger a mãe dos ataques realizados contra ela, no exercício do amor primitivo. Principalmente quando a criança rouba fora de casa, está buscando desta forma, a autoridade paterna que pode pôr um limite ao efeito concreto de seu comportamento impulsivo. Cito Winnicott (1946b):

O pai rigoroso que a criança evoca também pode ser amoroso mas deve ser, antes de tudo, severo e forte. Somente quando a figura paterna rigorosa e forte está em evidência a criança pode recuperar seus impulsos primitivos de amor, seu sentimento de culpa e seu desejo de corrigir-se". (p. 131)

No abrigo, os adolescentes sempre realizavam pequenos furtos, principalmente na oficina de artes, em que eram disponibilizados diversos materiais de desenho e pintura para eles. Quando evadiam, realizavam furtos no centro da cidade e muitas vezes eram levados para a Fundação CASA devido a isto. Depois de alguns meses, eram liberados desde que permanecessem no abrigo. E então era possível observar um fato fundamental para a confirmação da tese de Winnicott sobre a busca da mãe: muitos dos meninos que realizavam furtos tinham tatuagens da mãe, ou frases se referindo à mãe e ao amor que buscavam em relação a ela, tais como "mãe, amor eterno". As maiores brigas entre os adolescentes ocorriam se um ofendesse a

mãe do outro e eles se diziam capazes até de matar para defendê-las do mal, como padrastos violentos, por exemplo. E esta questão do furto gera um enorme incômodo para a sociedade, que acaba relegando estes adolescentes à condição de marginais, como acontece na maioria das vezes em que os adolescentes evadem do abrigo, ficam por algum tempo em situação de rua e passam a cometer atos infracionais explicitamente com a sociedade, até que este adolescente decida voltar à proteção de sua instituição de origem. A criança ou adolescente pode “obrigar o mundo a reconhecer a dívida que tem com ele” de diversas formas, o furto é uma delas, que segundo Winnicott, está no centro da tendência antissocial, associado à mentira. De acordo com ele, a criança que furta um objeto “não está desejando *o objeto roubado, mas a mãe, sobre quem ele tem direitos*. Esses direitos derivam do fato de que (do ponto de vista da criança) a mãe foi criada pela criança. De acordo com Winnicott (1958c): “A mãe satisfaz a criatividade primária da criança e, assim, converteu-se no objeto que a criança estava disposta a encontrar” (p. 141).

Winnicott (1957r) afirma que se os pais pressionarem a criança a dizer o motivo pelo qual ela realiza os pequenos furtos, ela não saberá esta resposta e passará a contar mentiras. Nas palavras de Winnicott (1957r):

O resultado poderá ser que, em vez de sentir uma culpa quase insuportável, em consequência de ser mal compreendida e censurada, sua pessoa se divida em duas partes, uma terrivelmente severa e outra possuída por impulsos maléficos. A criança, então, deixa de sentir-se culpada, mas em vez disso, transforma-se no que as pessoas chamarão de mentirosa. (p.188)

Uma das características encontradas em muitos casos de tendência antissocial é a pobreza cultural, pois devido à falha ambiental que ocorreu (*deprivation*), a criança não pôde usar o ambiente de modo criativo, passa a reagir ao ambiente. Esta reação ao ambiente é uma expressão de saúde, já que a criança está tentando reaver o que foi perdido, mas ela perde a oportunidade desse laço da vida cultural. Isto está intimamente ligado com a simbolização, já que a riqueza cultural vem da capacidade de simbolizar, ou

seja, elementos da realidade que podem substituir a mãe, como o objeto transicional, que o bebê usa para fazer as vezes da mãe. Nas palavras de Winnicott (1967b):

O lugar em que a experiência cultural se localiza está no espaço potencial existente entre o indivíduo e o meio ambiente (originalmente, o objeto). O mesmo se pode dizer do brincar. A experiência criativa começa com o viver criativo, manifestado primeiramente na brincadeira. (p. 139)

Mas o bebê só pode simbolizar algo que esteja lá para ser simbolizado e no caso da tendência antissocial, a mãe desapareceu abruptamente. Então o bebê se agarra ao objeto para negar a separação da mãe, num ato de desespero; o objeto se torna desta forma, objeto fetiche, pela ausência de sustentação ambiental. A mesma coisa pode acontecer na tendência antissocial, no momento em que a criança já está desesperançada de ter a mãe e vai optando pelo ganho secundário dos furtos que comete, ou seja, toda psicopatia é uma estruturação defensiva da perda da mãe. E conforme afirma Dias (2012):

Se o bebê tiver as condições ambientais satisfatórias que lhe possibilitem criar esse novo mundo – no qual permanece preservada a continuidade da ilusão básica -, esta área ficará disponível para a criação e o exercício da capacidade de simbolizar e de brincar, ampliando-se, no decorrer da vida, para a arte e a cultura em geral. (p. 228)

Winnicott (1946b) afirma que a criança antissocial está simplesmente olhando um pouco mais longe, recorrendo à sociedade em vez de recorrer à família ou à escola para lhe fornecer a estabilidade de que necessita a fim de transpor os primeiros e essenciais estágios de seu crescimento emocional. (p. 130). Em especial no caso dos adolescentes em situação de abrigo, eles não recorrem à família simplesmente porque sabem que a família não é capaz de dar suporte aos seus ataques. Cabe então ao abrigo a tentativa de dar

sustentação ambiental para que o adolescente consiga transpor os primeiros estágios de seu crescimento emocional, entendendo o que pode significar os ataques à sociedade, de acordo com Winnicott (1946b):

A delinquência indica que alguma esperança subsiste. Vocês verão que, quando a criança se comporta de modo antissocial, não se trata *necessariamente* de uma doença, e o comportamento antissocial nada mais é, por vezes, do que um SOS, pedindo o controle de pessoas fortes, amorosas e confiantes. (p. 131)

Possibilidades de intervenção

É importante que pensemos em possibilidades de como trabalhar com estes adolescentes, possibilidades de intervenção não somente para as duplas psicossociais (a dupla consiste em uma psicóloga social e uma assistente social), mas para toda a equipe e principalmente para os educadores, que são as pessoas que ficam com os adolescentes durante todo o tempo. A principal intervenção nos casos de tendência antissocial é sobreviver aos ataques, mantendo o ambiente sem retaliação.

Na introdução do livro *Privação e Delinquência* (1984a), Clare Winnicott afirma que as crianças que haviam entrado na delinquência necessitavam de mais do que mera assistência clínica: “Apresentavam um problema de cuidados e manutenção” – estes “cuidados e manutenção” são plenamente possíveis de serem oferecidos aos adolescentes no abrigo, pelo fato de estarem neste local em tempo integral e não somente algumas horas por semana, como seria em um tratamento clínico.

Outro ponto que Clare Winnicott destaca como uma possível intervenção é passar pelas crises e não *reagir* a elas. Infelizmente muitas vezes os educadores reagem às crises dos adolescentes, gritavam, culpavam; provavelmente por falta de preparo para lidar com as diversas situações em que se envolve um adolescente que manifesta a tendência antissocial.

Clare Winnicott também pensa no ambiente oferecido aos que prestam assistência:

A questão prática é *como manter* um ambiente que seja suficientemente humano, e suficientemente forte, para conter os que prestam assistência e os destituídos e delinquentes, que necessitam desesperadamente de cuidados e pertencimento, mas fazem o possível para destruí-los quando os encontram. (Introdução de *Privação e Delinquência* (1984a))

Segundo Dias & Loparic (2008):

O amadurecimento pessoal, distorcido por conflitos com a lei ou interrompido por outros tipos de trauma ocasionados por falhas ambientais, pode ser retomado se houver uma modificação no ambiente, que permita o retorno da confiança e da esperança na possibilidade de *uma vida que seja digna de ser vivida*.(...) Winnicott *recomenda aos profissionais* a criação de ambientes humanos que sejam favoráveis à retomada do desenvolvimento do indivíduo de modo que ele possa viver criativamente, de modo integrado e dar uma contribuição positiva à sociedade da qual faz parte. (p. 54, os itálicos são meus)

Esse ambiente sustentador e possibilitador de “uma vida que seja digna de ser vivida” pode ser o abrigo, se este souber acolher e se seus membros conseguirem ‘sobreviver’ aos ataques sintomáticos destes adolescentes. Segundo Dias & Loparic (2008):

A criança antissocial necessita, portanto, de um ambiente que seja capaz de dar uma resposta, fundamentada na realidade, à esperança que se expressa através dos sintomas. Isso, entretanto, tem que ser feito por um *período longo* o suficiente para tornar-se eficaz como atendimento socioeducativo, uma vez que criança também tem que adquirir confiança no novo ambiente, em sua estabilidade e capacidade para assegurar cuidados, antes que as defesas possam ser abandonadas – defesas contra a angústia intolerável que adveio, na ocasião original, da falha ambiental. (pp. 55, grifos meus)

A questão temporal também pode ser plenamente atendida no que concerne ao abrigo, já que os adolescentes passam grande parte de suas vidas neste ambiente. Segundo Winnicott (1958c):

Se a situação se mantém, o ambiente deve ser testado repetidamente [pelo adolescente] em sua capacidade para suportar agressão, para impedir ou reparar a destruição, para tolerar o incômodo, para reconhecer o elemento positivo na tendência antissocial, para fornecer e preservar o objeto que é procurado e encontrado. (p. 146)

Enfim, o abrigo tem a potencialidade de ser um ambiente plenamente plausível de fornecer as condições necessárias para a superação de tendência antissocial dos adolescentes abrigados, já que para Winnicott (1958c), o tratamento da tendência antissocial não é a psicanálise. É o provimento de cuidados à criança e é a estabilidade do novo suprimento ambiental que dá a terapêutica. (p. 147)

CAPÍTULO III – A evasão e sua explicação do ponto de vista da teoria Winnicottiana do desenvolvimento afetivo

Neste capítulo será realizada a descrição geral de casos de evasão, em seguida serão mencionadas as histórias de evasão compreendidas com base na ideia de privação e posteriormente serão abordadas as ameaças de evasão como pedido de ser segurado.

1. Descrição geral de casos de evasão

Na maioria das vezes, o adolescente abrigado dava indícios de que estava prestes a evadir. Como por exemplo, quando se mostrava extremamente inquieto e ansioso. Quando falavam sobre o que estavam sentindo, referiam-se aos diversos acontecimentos do mundo à sua volta em contraposição ao seu estado de paralisia em relação aos acontecimentos. O fato de não poderem ‘fazer nada’ por suas famílias, por exemplo, os deixavam muito angustiados. Então evadiam na busca de soluções imediatas para problemas complexos, colocando-se em situações de vulnerabilidade ao pensarem estar agindo de forma heroica. Como por exemplo, quando um dos meninos soube que sua irmã (que estava residindo no abrigo feminino) havia evadido. A notícia foi trazida por outro adolescente, que naquele dia tinha sido atendido no Caps Infantil ⁶ e relatou ter visto a irmã daquele adolescente em um dos semáforos do bairro. Ele ficou extremamente ansioso com esta situação e evadiu para procurar sua irmã e trazê-la de volta para o abrigo feminino. Porém, na tentativa de salvá-la, ele também ficou na rua, sem ter onde dormir. Acabou convencendo a irmã a voltar para o abrigo feminino e depois também retornou para o abrigo masculino. Porém, passados alguns dias, a irmã dele voltou a evadir, e depois de muitas conversas com este

⁶ Centro de Atenção Psicossocial

adolescente, ele desistiu de ir atrás da irmã e deixar que a equipe profissional de encarregasse disso.

Existem casos de meninos que evadem por não conseguirem cumprir as regras socialmente estabelecidas no abrigo, tais como: organização da casa, em que cada um arruma uma parte; horários pré-estabelecidos para todas as refeições do dia, participação nas oficinas educativas (como por exemplo, a oficina de artes); cuidados de higiene pessoal e com seus pertences, como tomar banho e lavar suas roupas e também por não conseguirem conviver e dividir espaços com os outros adolescentes. Nestes casos eles vão para a rua, em que, segundo eles, as regras são mais flexíveis, e eles podem fazer o que querem na hora que assim desejarem. O que em geral acontece em seguida, é o trabalho de acompanhamento deste adolescente pela dupla psicossocial de referência dele, que trabalham na tentativa de trazê-lo de volta ao abrigo. Porém, infelizmente, isto nem sempre acontece ou raramente acontece. Então o adolescente começa a cometer pequenos furtos ou começa a repassar pequenas quantidades de drogas para a venda, atendendo assim, às suas necessidades imediatas, seja de sobrevivência, como se alimentar, seja de desejos, como um tênis novo. Alguns deles somente repassam (vendem) as drogas, outros além de venderem também fazem uso das mesmas. Estes são casos mais difíceis de trazer de volta ao abrigo, justamente pela questão da dependência química, já que dentro do abrigo o uso terá que ser eliminado. Eles só retornam ao abrigo quando estão praticamente definhando e percebem que realmente precisam de ajuda; ou antes disso, quando são pegos cometendo algum ato infracional, em que são detidos e encaminhados à Fundação CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente), a anteriormente chamada, FEBEM (Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor).

Quando o adolescente usuário de drogas está abrigado, porém ele esteve na rua por um período de tempo fazendo uso de substâncias químicas, de modo que ele pode evadir logo nas primeiras horas ou dias de abrigamento, por uma questão de abstinência das substâncias. Quando o menino pede ajuda nestes momentos, ou quando se percebe a grande ansiedade dele, o mesmo é

encaminhado para um atendimento especializado, geralmente no Caps I e passa a tomar medicamentos específicos para seu caso.

Existe um cronograma semanal de atividades para os adolescentes, no qual estão especificados os horários de organização da casa, oficinas e passeios. Neste cronograma também estão incluídos passeios no fim de semana para a Lagoa do Taquaral ou uma praça próxima ao abrigo. Os educadores os acompanham nestas atividades. São momentos de descontração e socialização, em que muitas vezes, eles acabam por conhecer meninas, conversar e “ficar” com elas. Isto traz um ânimo especial para eles, porém, quando começam a gostar muito de determinada menina, a sentir muita saudade, enfim, quando se apaixonam, são capazes de loucuras para ver a garota, então, alguns acabam evadindo para ir ao encontro do ser amado. A equipe tenta prevenir este tipo de evasão, permitindo que o casal converse ao telefone e que a menina possa visita-lo no fim de semana, além de se encontrarem nos passeios coletivos. Porém, há momentos que essas precauções não são suficientes e o adolescente acaba por evadir. Nestes casos, em geral, eles acabam retornando logo, pois o objetivo era somente “matar a saudade”.

Os retornos são vistos de forma positiva pela equipe, pois significam que o adolescente quer se manter em proteção, porém este limite é tênue, pois quando eles percebem que a qualquer hora pode-se sair e voltar sem nenhum problema, acabam exagerando e querendo sair a todo momento. Então em todos os retornos são realizadas “conscientizações” pelos educadores de referência de cada um, que consistem em conversas com o adolescente para entender os motivos pelos quais ele evadiu e buscar soluções compatíveis entre o desejo do adolescente e as regras do abrigo, para que a evasão não venha a acontecer novamente por aquele motivo.

Com as descrições dos diversos motivos (conscientes) pelos quais os adolescentes evadem, fica claro que alguns casos são de mais fácil solução que outros. O foco deste trabalho será dado aos casos de mais difícil solução, aqueles em que o adolescente se recusa a voltar para o abrigo, se recusa em ser cuidado, se recusa a aceitar e cumprir as normas socialmente estabelecidas e acaba ficando nas ruas a cometer pequenos delitos, fazer uso

de drogas, ser contido fisicamente ao ser levado para a Fundação Casa ou acabar por encontrar a contenção máxima do ser humano, que é a morte.

Conforme trouxemos no capítulo anterior, muitos dos adolescentes abrigados manifestam a tendência antissocial, que tem como uma das características o teste do ambiente. Nesse sentido, pode-se supor que a evasão pode fundamentar-se de acordo com a teoria winnicottiana como um teste ao ambiente. O adolescente, inconscientemente tenta descobrir se o ambiente resistirá ao seu teste (evasão), sem retaliá-lo quando voltar, o que acontece na grande maioria das vezes. Ou seja, de acordo com esta proposição, a evasão ocorre devido à necessidade de um *holding* muito específico referente à tendência antissocial, que é da necessidade que o ambiente sobreviva aos ataques efetuados contra ele. Winnicott (1965b) explica que o termo *holding* é utilizado para significar não apenas o segurar físico de um lactente, mas também a provisão ambiental total. De acordo com Cesarino (2008):

O cuidado materno específico à tarefa de integração no espaço e no tempo é o segurar (*holding*), que é o protótipo de todos os outros cuidados maternos, já que a integração no espaço e no tempo são a mais básica e fundamental das tarefas. Qualquer outra aquisição na vida de um indivíduo só pode acontecer no interior de um espaço e de um tempo, assim como, o cuidado ambiental específico para conquistas posteriores são especializações do *holding* (p. 23)

Neste caso, a tendência antissocial ainda seria um sinal de esperança em ter uma provisão ambiental. Em outro extremo, está a evasão justamente devido à perda da esperança, quando a tendência antissocial já está cristalizada de tal forma que o adolescente não tem mais esperança no ambiente de abrigo, e prefere evadir e manter seus ganhos secundários referentes a furtos, por exemplo. Neste último caso, o abrigo não tem muito como intervir, pois os ganhos secundários acabam ganhando maior ênfase na vida do adolescente. O abrigo tem como fazer intervenções mais efetivas nos casos em que ainda existe esperança, sobrevivendo aos ataques sintomáticos dos adolescentes, pois esta sobrevivência do ambiente sem retaliação seria

uma forma específica de *holding*, que poderia contribuir para a superação da tendência antissocial. Conforme afirma Garcia (2004):

A criança em assistência residencial precisa reencontrar o *holding* que foi perdido ou interrompido, *holding* que começa com ser seguro nos braços da mãe e se estende até a família mais expandida e que terá que ser fornecido agora pelos profissionais que cuidam dela. (p. 95)

Desta forma, a evasão faz parte do tratamento da tendência antissocial, se o ambiente conseguir sobreviver a este teste sem retaliar o adolescente quando este retornar ao abrigo. De acordo com Winnicott (D. W. Winnicott, 1984g), os mais sutis cuidados são de extrema importância, tais como a regularidade das refeições, colchas das camas quentes e coloridas, manter a ordem, apesar da escassez de pessoal; esta seria uma terapia dos alojamentos, ou como afirmou Winnicott (1984g), seria uma “espécie de amor” (p. 251), ou seja, segundo ele “existe algo em psicoterapia que não se descreve em termos de interpretação certa no momento certo” (p. 251)

Jovens são encaminhados ao abrigo sem “uma experiência de provisão ambiental suficientemente boa que tenha sido incorporada e ajustada num sistema de crença nas coisas” (Winnicott (1984g, p. 253), ou seja, o abrigo pode tentar oferecer esta experiência que os jovens ainda não tiveram em suas vidas.

De acordo com Winnicott (1984g): “No trabalho residencial, podemos deixar de lado a verbalização e o material que está pronto para a interpretação, porque a ênfase recai sobre o suprimento total que é o ambiente”. (p. 254). E ele menciona as características que devem estar presentes em um ambiente como este, como por exemplo, a confiabilidade:

Na assistência residencial, a confiabilidade de um tipo humano pode, com o decorrer do tempo, desfazer um sentimento agudo de imprevisibilidade e uma considerável parte da terapia da assistência residencial pode ser descrita nesses termos. (Winnicott (1984g, p. 255)

Winnicott (1984g) afirma que a segurança é outra característica importante em um trabalho residencial: “a terapia residencial reside no fato de a

criança redescobrir no ambiente institucional uma situação de segurança suficientemente boa, que se perdeu ou foi interrompida num certo estágio anterior”. (p. 255). Neste mesmo texto, ele diz que a terapia realizada em um ambiente residencial nada tem a ver com uma atitude moralista. Nas palavras de Winnicott (1984g): “Nada se ganha em usar uma categoria moralista em vez de um código diagnóstico, sendo este último baseado verdadeiramente na etiologia, isto é, na pessoa e no caráter de cada criança”. (p. 256)

Outro aspecto do trabalho residencial refere-se à gratidão. Ele afirma que não há porque esperar gratidão por parte das crianças, já que a terapia é o que prevalece, as atitudes tomadas são atitudes profissionais deliberadas que se baseiam em aspectos do lar e da família naturais e de acordo com Winnicott (1984g): “qualquer pai ou mãe que tenham expectativa de que seu bebê seja grato está esperando algo falso”. (p. 256). E no trabalho residencial isto não se expressaria de forma diferente.

Quando as crianças ou adolescentes estão indo bem, ou seja, quando o trabalho residencial está surtindo efeitos, é esperado que elas manifestem a retomada da esperança por meio de violência e roubo, testando o ambiente. Neste momento, de acordo com Winnicott (1984g), “sua tarefa é sobreviver”. Neste sentido, sobreviver significa conseguir passar pelas crises sem retaliação e entender a fase da violência e do roubo como sinais de esperança.

Este trabalho tem também a função social de dar elementos teórico-clínicos aos profissionais que lidam com os adolescentes, para que estes possam sobreviver às evasões (e outros ataques sintomáticos) dos adolescentes abrigados.

2. Histórias de evasão compreendidas com base na ideia de privação

Conforme foi descrito anteriormente, a evasão pode ter pelo menos dois sentidos gerais na tendência antissocial. *Grosso modo*, um deles refere-se a um teste ao ambiente com certo nível de esperança de que o ambiente possa suportar e permanecer estável sem retaliação; o outro sentido da evasão refere-se à tendência antissocial mais concretamente estabelecida, em que os ganhos secundários estão muito mais presentes que a esperança.

A seguir, descreverei as histórias de dois adolescentes, W. e M., referentes ao primeiro caso, mas que com o passar de tempo e sem as intervenções necessárias, acabam chegando ao segundo caso, o da tendência antissocial cristalizada.

W. é um adolescente de 16 anos, que saiu de casa aos 07 anos e foi morar na rua. A maioria das crianças e adolescentes em situação de rua sai de casa devido à violência doméstica, mas W. não menciona situações de violência como motivo para ter saído de casa e sim a falta de liberdade. W. falava com certo pesar sobre seus pais, pois não sabia o que havia acontecido com eles, algumas pessoas diziam a W. que seus pais tinham falecido em decorrência de um acidente e outros falavam que o tinham abandonado com a avó devido a uma separação. Quando Winnicott (1949f) se refere aos casos de crianças que vêm de lares desfeitos ou que não têm pais, ele afirma que “uma criança nessas condições vive inconscientemente em busca de seus pais”. (p. 283). W. residia com os avós paternos e disse que a avó não o deixava sair com os amigos. Um dia ele saiu com os amigos sem permissão e ficou com medo de voltar para casa, então os dias foram passando e somente depois de algumas semanas ele resolveu voltar. O avô disse que ele teria que ir para igreja, e ele disse que não iria, então o avô disse que não o queria mais na casa dele e foi aí que o adolescente nunca mais voltou ao convívio com os avós.

Provavelmente, esta tenha sido a primeira fuga de W. como forma de teste ao ambiente (“será que alguém sentirá minha falta e virá atrás de mim?”; “vão me aceitar de volta?”) e infelizmente o ambiente não resistiu ao teste (o avô disse que não o queria mais em sua casa). Este adolescente foi para rua e posteriormente para o abrigo, de onde evadiu diversas vezes, já estava em sua sétima passagem pelo abrigo, das primeiras vezes permaneceu por poucos dias ou horas no abrigo, desta vez estava há mais de um ano abrigado, fazendo cursos profissionalizantes. Recebeu autorização da equipe e do juiz para estudar e participar de programas fora da instituição, aos quais ia sozinho. Porém, W. começou a não cumprir os horários combinados para retornar ao abrigo e a equipe começou a restringir suas saídas sozinho, diziam nas reuniões de equipe que talvez tivessem errado ao dar muita liberdade para W.

e como ele não estava cumprindo os combinados, passariam diminuir suas saídas ou acompanhá-lo aos cursos. W. se revoltou contra esta atitude da instituição e evadiu novamente. Passou alguns meses em situação de rua, cometendo pequenos furtos pelo centro da cidade e fazendo uso de substâncias psicoativas até o ponto de ficar praticamente irreconhecível, extremamente magro e fraco e então pediu ajuda para retornar ao abrigo. Possivelmente, neste momento, a tendência antissocial já estava cristalizada, suas evasões já não estavam somente sinalizando esperança como no início, mas o ganho secundário decorrente de suas atitudes quando estava em situação de rua. Ele voltava ao abrigo para se recuperar um pouco e então voltava a evadir e ficar em situação de rua. É possível que W. tenha algo persecutório em relação ao cuidado, pois uma vez que se perde o cuidado inicial de forma abrupta, posteriormente é difícil de aceitá-lo, é uma espécie de recusa em ser cuidado, ele não conseguia receber justamente o que mais precisava. W. foi de um tipo de evasão ao outro, mas novamente o ambiente não suportou seus testes iniciais, o cerceou, tornando-se persecutório para ele (assim como ocorreu com os avós anteriormente) e não conseguiu superar a tendência antissocial que se estabeleceu.

M. também é um adolescente de 16 anos, tem seis irmãos, sendo que quatro deles estão em outro abrigo para crianças pequenas, um já possui maioridade e estava em uma clínica de recuperação para dependência química; e uma irmã estava no abrigo especializado feminino. A relação afetiva entre os irmãos era extremamente forte e o grande sonho de M. era adquirir condições financeiras que o possibilitasse a cuidar de seus irmãos, sempre dizia: “quero fazer por eles o que não fizeram por mim”. Os encontros de M. e seus irmãos mais novos ocorriam no outro abrigo e eram momentos extremamente emocionantes, especialmente na despedida, em que as crianças agarravam M. e não queriam que ele fosse embora. M. se dizia capaz de tudo pela defesa de sua família, tanto que anteriormente citei a história da agressão de M. ao seu padrasto em defesa de sua mãe, momento este, de rompimento abrupto da situação ambiental que M. vivenciava. Segundo ele, o padrasto chegava bêbado e queria bater nele e em seus irmãos, então ele enfrentava o

padrasto, apanhava, mas ficava aliviado por ter protegido os irmãos. Dizia que preferia apanhar a vê-los apanhando.

M. e seus irmãos foram abrigados devido ao uso abusivo de álcool por parte dos responsáveis, mas ele afirmava que tinham ido para o abrigo porque a mãe e o padrasto não tinham emprego.

O irmão mais velho usava drogas e acabou apresentando-as para M. antes mesmo de ele ser abrigado, então as evasões de M. se relacionavam ou à família (para ajudar a irmã, quando esta evadia do abrigo feminino) ou às drogas (quando sentia muita vontade de fazer uso). E para conseguir o dinheiro para comprar drogas, M. acabava traficando-as. Foi neste processo que a tendência antissocial se tornou cada vez mais cristalizada nele, que passou a dar cada vez mais ênfase aos ganhos secundários advindos do tráfico. Algumas vezes, chegou até a trazer pequenas quantidades de drogas para o abrigo, o que gerava toda uma repercussão na casa, alguns adolescentes queriam fazer uso e eles acabavam sendo descobertos pela equipe. A situação de M. foi cada vez se tornando insustentável dentro do abrigo. E seus retornos das evasões passaram a não ser bem-vindos. Até o momento em que ele parou de retornar ao abrigo. Ou seja, mais uma vez, o ambiente não conseguiu suportar e sobreviver aos ataques desferidos contra ele. Mas este fato não vai ao sentido de culpabilizar a equipe por não ter suportado e sobrevivido aos ataques, pois esta sobrevivência não é algo fácil. Winnicott (1949f) falou sobre as dificuldades que teve que enfrentar com um garoto de nove anos que sua esposa levou para morar com eles durante três meses na época da Segunda Guerra Mundial. Anteriormente, ele havia sido internado em uma instituição para crianças, não para ser protegido das bombas, mas por vadiagem. Winnicott pretendia tratá-lo durante sua estada na instituição, mas ele fugiu, como sempre fez desde que fugiu da casa dos pais aos seis anos de idade. Em uma entrevista com o garoto, Winnicott pôde interpretar que, ao fugir, ele estava inconscientemente tentando salvar o interior de seu lar e protegendo a sua mãe de ser agredida, ao mesmo tempo em que procurava fugir de seu mundo interno cheio de perseguidores. Na casa de Winnicott, com o acolhimento que dedicaram ao garoto, logo ocorreu uma mudança: o sintoma

da vadiagem transformou-se numa dramatização do assalto ao mundo interno. Nas palavras de Winnicott (1949f):

Era preciso interpretá-lo a qualquer minuto do dia ou da noite, e muitas vezes a única maneira de resolver a crise era encontrar a interpretação correta, como se o menino estivesse em análise. A interpretação correta era o que ele valorizava acima de tudo. (p.284a)

Winnicott conta que o modo de desenvolvimento da personalidade deste menino lhe provocava ódio. E ele deixava isto muito claro ao garoto. Nas crises, Winnicott o pegava com força e o colocava para fora pela porta da frente. Havia uma campainha especial que ele podia tocar, significando que o ataque maníaco havia diminuído e ele sabia que nada seria dito sobre o que tinha acontecido. Winnicott (1949f) diz:

O importante é que sempre que eu o punha para fora eu lhe dizia algo. Eu lhe dizia que o que ele havia feito levou-me a sentir ódio por ele. Isto era fácil porque era a pura verdade.

A meu ver, essas palavras eram importantes do ponto de vista do seu progresso, mas elas eram importantes principalmente porque me permitiam tolerar a situação sem me descontrolar, sem perder a cabeça e sem assassiná-lo de vez em quando. (p. 284)

Em muitos momentos, os adolescentes abrigados geram ódio na equipe e é preciso ter um espaço de expressão deste ódio, como uma reunião de equipe especial, por exemplo. Afinal, para que boas intervenções possam ser feitas, é preciso conhecer muito bem o ódio que os adolescentes despertam na equipe, para que não atuem este ódio, retaliando e prejudicando o desenvolvimento psico-afetivo dos adolescentes. Quanto ao garoto que viveu na casa de Winnicott durante três meses, foi internado em um reformatório, mas de acordo com Winnicott (1949f), “seu relacionamento profundamente enraizado conosco ficou sendo uma das poucas coisas estáveis em sua vida”. (p.284). Enfim, a equipe do abrigo também pode se tornar referência de algo

suficientemente bom para os adolescentes, assim como neste caso vivenciado por Winnicott.

3. Ameaças de evasão como pedido de ser segurado

Alguns dos adolescentes não tinham a tendência antissocial claramente constituída (esta era uma minoria), parecia que lhes faltava algo referente à sua integração, mas devido à falta de acesso aos prontuários e a consequente falta de informações a respeito dos quadros clínicos destes adolescentes, não se pode fechar um diagnóstico preciso. O possível é mencionar algumas de suas características, como extrema persecutoriedade, explosões de violência aparentemente sem motivo e desintegração da fala (ao contar acontecimentos). Estes adolescentes tomavam muitos medicamentos, em geral, para controlar a ansiedade. Eles não chegavam a evadir, mas sempre mencionavam a possibilidade de evasão na tentativa de a equipe não deixá-los ir. O quadro clínico sugeria uma formação defensiva psicótica, apesar de não podermos fazer um diagnóstico preciso. De acordo com Cesarino (2008):

O que se apresenta clinicamente na psicose é um padrão de vida fundado na reação às intrusões ambientais, ou dito de outro modo, um padrão defensivo de vida, que se distancia daquele núcleo do ser que se relaciona com o potencial criativo e com a tendência à integração. (p. 46)

A seguir conto dois casos sobre esses adolescentes que viviam de modo extremamente defensivo, da época em que trabalhava com eles:

C. é um adolescente, que na época em que o conheci tinha de 16 anos, fazia uso de uma série de medicamentos psiquiátricos, e em decorrência disso, dormia grande parte do dia e da noite. Quando estava acordado, era um jovem extremamente doce.

C. veio de outro abrigo em que relatou que foi espancado pelos outros adolescentes com um cobertor na cabeça, para que ele não visse quem o estava espancando. Desde então, C. relata ter muito medo de apanhar

novamente e quando pensa muito nisso, começa a ficar ansioso e entrava em crise.

Nestes momentos, C. (pre)sentia esta crise e começava a gritar, pedindo ajuda aos educadores: “me segura, senhor! Me segura, senhor”. Ele não chegava a evadir do abrigo, ficava apenas fora da casa, mas em suas proximidades. Como não tínhamos uma enfermaria estruturada, chamávamos a ambulância, que sempre demorava, no mínimo, duas horas para chegar. Enquanto isso, os educadores ficavam ‘segurando’ César, conforme ele tinha solicitado minutos antes de entrar em crise. Durante a crise, ele xingava, pedia para soltá-lo, se debatia e falava que estava vendo demônios.

Esse aspecto do “me segura, senhor!” é muito importante para analisarmos que tipo de ajuda ele estava realmente pedindo. Pode-se supor que ele solicitava uma ajuda no sentido de sustentação. Muito provavelmente, C. passou por falhas ambientais no período da dependência absoluta, ou seja, sofreu uma privação.

Depois de cessados os momentos de crise, César voltava à sua doçura habitual e vinha agradecer aos educadores por ter ‘segurado’ e ‘cuidado’ dele.

G. é um adolescente que está prestes a completar 18 anos. Está abrigado desde os sete anos de idade, e já tinha passado por vários abrigos da cidade de Campinas. Em meu primeiro contato com ele, falava muito rápido, perguntando várias coisas da minha vida; e dizia que as pessoas dali tinham preconceito por ele ser negro. Como nesta ocasião eu trabalhava como educadora, não pude ter acesso ao prontuário dele, fazendo com que eu não conseguisse acessar os dados de sua história, mas estar nesta função me permitia ter muito mais tempo de convivência com os adolescentes, já que estávamos com eles durante todo o período de trabalho. Somente pude saber de fatos isolados sobre sua história, por meio da equipe técnica. De acordo com a equipe, G. havia sido transferido para o abrigo sobre o qual este trabalho se desenvolve, devido a ‘ataques agressivos’ que ele vinha tendo no outro abrigo, tanto com a equipe quanto com seus colegas também abrigados. Existia todo um cuidado para que G. não ficasse ‘nervoso’ no cotidiano das atividades. Ele queria tudo do seu jeito e como o abrigo tinha várias reges (de

horários, de atividades, de tarefas), G. acabava 'explodindo' de raiva e quebrava o estivesse na frente dele. Em certa ocasião, quebrou vários objetos da oficina de artes, por ter se sentido contrariado pelo professor. Tentou agredir um colega da casa, mas foi contido pela equipe. Em outro momento, de um episódio mais agudo de agressividade e persecutoriedade, atacou o coordenador do abrigo, com uma cadeira, deixando-o gravemente ferido. G sempre se mostrava arrependido de seus atos agressivos, minutos após o ocorrido.

Nesta época, G. completou 18 anos e conforme a lei teria que sair do abrigo e responsabilizar-se por sua própria vida, já que a medida protetiva de abrigo é apenas para menores de 18 anos, mas a equipe julgou que ele não tinha condições psicológicas para tal e solicitou ao juiz mais alguns meses de abrigamento, e esta solicitação da equipe foi atendida.

G. tinha uma grande necessidade de regredir, e isto ocorria geralmente nestes momentos de crise e logo em seguida a eles. De acordo com Cesarino (2008):

Considerando que a necessidade de regredir do psicótico é algo que permanece, independente de quanto funcionalmente conseguiu organizar-se de maneira defensiva, se ele encontra um contexto que reconhece como confiável e, por isto, capaz de atendê-lo, poderá utilizá-lo para a satisfação desta necessidade. (p. 122)

Neste sentido, podemos supor que no caso destes meninos que sofreram privação, o abrigo era sentido como um ambiente confiável, em que poderiam pedir ajuda por meio de ameaças de evasão, pois sabiam que seriam segurados, no sentido de sustentação, amenizando seus momentos de crise.

Considerações Finais

Considerando que o objetivo deste trabalho foi contribuir para a compreensão dos possíveis motivos afetivos que levam crianças e adolescentes em situação de abrigo a evadirem deste local de proteção, pode-se analisar que os motivos de adolescentes que sofreram de privação são diferentes dos motivos de adolescentes que sofreram privação, pois as necessidades deles são diferentes. Os adolescentes que sofreram privação ameaçam evadir, mas seu real pedido é ser segurado, sustentado. E mesmo entre aqueles que sofreram de privação, há motivos diferentes que os levam a evadirem do abrigo. Quando ainda há esperança na sustentação ambiental, a evasão configura-se como um teste ao ambiente, e quando já não há esperança, a evasão destina-se à busca de ganhos secundários fora do abrigo, pois nestes casos a tendência antissocial já está mais claramente constituída. É importante entender as necessidades destes adolescentes para que as intervenções sejam efetivas e então estes meninos tão talentosos possam mostrar ao mundo seus talentos e desenvolver suas potencialidades, pois muitos deles passam a maior parte de sua infância e adolescência em abrigos e quando completam 18 anos e pela lei não podem mais ficar abrigados, acabam entrando no tráfico ou sendo presos, o que nos faz questionar o trabalho realizado nos abrigos durante os anos em que o adolescente esteve abrigado.

Outra questão fundamental é o fortalecimento da rede de atendimento municipal, com parcerias entre o abrigo e a escola que os adolescentes frequentam e o Caps em que recebem tratamento, pois se estes espaços se configurarem como ambientes confiáveis, os adolescentes ao evadirem do abrigo, poderão recorrer à escola ou ao Caps, serem acolhidos e em seguida retornar para o abrigo, pois infelizmente o que ainda acontece após a evasão é ficarem pelas ruas e serem acolhidos pelos colegas do tráfico de drogas.

Que este trabalho seja apenas o início de muitos outros que venham contribuir para o desenvolvimento de uma psicologia preventiva em abrigos para crianças e adolescentes.

Referências Bibliográficas⁷

- Abram, J. (1996). *A Linguagem de Winnicott. Dicionário das Palavras e expressões Utilizadas por Donald W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.
- Baptista, M. V. (2010). *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação*. São Paulo: NECA.
- Cesarino, M. M. (2008). *Contribuições da psicanálise winnicottiana ao campo da atenção pública em saúde mental: manejo e uso ampliado do setting na clínica das psicoses em instituições*. São Paulo: PUC - São Paulo
- Dias, E. O. (2003). *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- Dias, E. O. (2012). *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. São Paulo: DWW Editorial - 2ª edição.
- Dias, E. O., & Loparic, Z. (2008). O Modelo Winnicott de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei. *Revista Internacional de Psicanálise Winnicottiana*, vol.3, série 2 nº 1/2. Retrieved from <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/wep/v3n1e2/v3n1e2a03.pdf>
- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. (13 de julho de 1990).
- Fulgêncio, L. (2007). *Paradigmas na história da psicanálise* São Paulo: Nat. hum;9(1):97-128, jun. 2007.
- Garcia, R. M. (2004). *A tendência anti-social em D. W. Winnicott*. São Paulo: Mestrado em Psicologia. Puc-São Paulo.
- Loparic, Z. (2001). Esboço do paradigma winnicottiano. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, 11(2), 7-58.
- Loparic, Z. (2005). Elementos da teoria winnicottiana da sexualidade. vol. 7, nº2 - Disponível: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302005000300001&lng=pt&nrm=iso, p.311-358.
- Loparic, Z. (2005). Elementos da Teoria Winnicottiana da Sexualidade. *Natureza Humana*, vol. 7, nº2, p.311-358. Retrieved from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302005000300001&lng=pt&nrm=iso
- Loparic, Z. (2006). *De Freud a Winnicott: aspectos de uma mudança paradigmática* (Vol. 8 (Especial 1)): Revista de Filosofia e Psicanálise Natureza Humana.
- Marcílio, M. L. (1998). *História social da criança abandonada* São Paulo: Hucitec.
- Marcílio, M. L. (2003). *A roda dos expostos ea criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950*. São Paulo: Cortez.
- Maricondi, M. A. (1997). *Falando de abrigo: cinco anos de experiência do projeto Casas de Convivência*. São Paulo: Febem.
- Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, Resolução Conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009 C.F.R. (2009).
- Phillips, A. (1988). *Winnicott*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.
- Sposati, A. (2004). *Registros centenários da assistência social paulistana*. São Paulo: Artigo não-publicado.

⁷ Referências de D. W. Winnicott compiladas pelo Prof. Dr. Knud Hjulmand, do Departamento de Psicologia da Universidade de Copenhagen. Hjulmand, K. (1999). Lista completa das publicações de D. W. Winnicott Nat. hum. [online], vol.1, n.2, pp. 459-517. Retrieved from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1517-24301999000200012&script=sci_arttext

- Winnicott. *A família e o desenvolvimento individual*
- Winnicott. (1984c). Agressão, Culpa e Reparação *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- Winnicott, D. W. (1946b). Alguns aspectos psicológicos da delinquência juvenil *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- Winnicott, D. W. (1949f). O Ódio na Contratransferência *Da Pediatria à Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- Winnicott, D. W. (1957r). Roubar e Dizer Mentiras *A criança e seu mundo*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogans, 1982. .
- Winnicott, D. W. (1958b). A agressão e sua relação com o desenvolvimento emocional *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- Winnicott, D. W. (1958c). A tendência anti-social *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Winnicott, D. W. (1958c {1956}). A tendência anti-social *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fonte, 1999.
- Winnicott, D. W. (1958j). O primeiro ano de vida. Concepções modernas do desenvolvimento emocional *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- Winnicott, D. W. (1962a). Adolescência: Transpondo a Zona das Calmarias *A Família e o Desenvolvimento Individual*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Winnicott, D. W. (1963a). Dependência no cuidado do lactente, no cuidado da criança e na situação psicanalítica *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- Winnicott, D. W. (1964d). Agressão e suas raízes *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- Winnicott, D. W. (1965a). *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- Winnicott, D. W. (1965b). *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed, 1983.
- Winnicott, D. W. (1965h). Classificação: existe uma contribuição psicanalítica à classificação psiquiátrica? *O Ambiente e os Processos de Maturação*. Porto Alegre: Artmed, 1983.
- Winnicott, D. W. (1965r). Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- Winnicott, D. W. (1965vf). O relacionamento inicial entre uma mãe e seu bebê *A Família e o Desenvolvimento Individual*. São Paulo: Martins Fontes. 1999.
- Winnicott, D. W. (1967b). A localização da experiência cultural *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- Winnicott, D. W. (1969i). Sobre o uso de um objeto - O uso de um objeto e o relacionamento através de identificações *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- Winnicott, D. W. (1970a). A dependência nos cuidados infantis *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- Winnicott, D. W. (1970b). A experiência mãe-bebê de mutualidade *Explorações Psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- Winnicott, D. W. (1971a). *O brincar e a realidade* Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- Winnicott, D. W. (1971b). Consultas Terapêuticas em Psiquiatria Infantil. Rio de Janeiro: Imago, 1984.
- Winnicott, D. W. (1971f). O conceito de indivíduo saudável *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Winnicott, D. W. (1971r). O brincar: a atividade criativa e a busca do eu (self) *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- Winnicott, D. W. (1984a). *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

- Winnicott, D. W. (1984g). Assistência residencial como terapia *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- Winnicott, D. W. (1987d). A comunicação entre o bebê e a mãe e entre a mãe e o bebê: convergências e divergências *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- Winnicott, D. W. (1987e). A mãe dedicada comum *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- Winnicott, D. W. (1988). *Natureza Humana*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- Winnicott, D. W. (1989d). O conceito de trauma em relação ao desenvolvimento do indivíduo dentro da família *Explorações Psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- Winnicott, D. W. (1989vl). Psicose na Infância *Explorações Psicanalíticas: D. W. Winnicott*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.